



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

EMERSON TIAGO ALVES SILVA

**PARTIDOS E COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PARA OS EXECUTIVOS  
ESTADUAIS  
(1990-2014)**

Recife  
2017

EMERSON TIAGO ALVES SILVA

**PARTIDOS E COLIGAÇÕES NAS ELEIÇÕES PARA OS EXECUTIVOS  
ESTADUAIS (1990-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política. Área de concentração: Democracia e instituições

Orientador (a): Prof. Dr. Gabriela da Silva Tarouco

Recife

2017

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586p Silva, Emerson Tiago Alves.  
Partidos e coligações nas eleições para os executivos estaduais (1990-2014) / Emerson Tiago Alves Silva. – 2017.  
98 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Gabriela da Silva Tarouco.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2017.  
Inclui referências e apêndices.

1. Ciência Política. 2. Partidos políticos. 3. Ideologia. 4. Coligações partidárias. I. Tarouco, Gabriela da Silva (Orientadora). II. Título.

320 CDD (22. ed.)

(BCFCH2021-229)

**EMERSON TIAGO ALVES SILVA**

**Partidos e coligações nas eleições para os executivos estaduais (1990- 2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política. Área de concentração: Democracia e instituições

Aprovada em: 29/08/2017

Banca examinadora:

---

Profa. Dr. Gabriela da Silva Tarouco (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Adriano Oliveira dos Santos (Examinador interno)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dr. Priscila Maria Lapa (Examinador externo)

Faculdade de Ciências Humanas de Olinda

A Deus, que é o único e digno de receber  
Toda honra e toda glória.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pela benção da vida e por todas as oportunidades me concedidas. Por ser meu refúgio e fortaleza nos momentos mais difíceis.

Quanto ao mais, gostaria de externar meus agradecimentos a uma série de pessoas que foram fundamentais durante toda a minha caminhada.

À minha família pelo apoio indispensável.

À minha amada esposa, Krisleen Priscila, por se mostrar uma companheira fiel em todos os momentos, companheira para cobrar, para elogiar, para passar madrugadas me ajudando e acima de tudo por me incentivar de uma forma especial, com a sua fé em acreditar em mim, até mesmo, mas do que eu próprio.

A minha orientadora prof. Gabriela Tarouco, pela profissional exemplar que é, por todos os encontros e debates a cerca deste trabalho e pelas inúmeras oportunidades a mim concedidas para que esse trabalho se concretiza-se.

Aos professores Adriano Oliveira e Priscila Lapa pelas diversas contribuições colocadas na qualificação deste trabalho.

Aos meus ex-professores e amigos, Ranulfo Paranhos e José Alexandre, por todas as discussões, ideias, contribuições metodológicas e por sempre estarem dispostos em ajudar, independente do momento e hora. Meus agradecimentos também a toda à turma do grupo de pesquisa Cidadania da UFAL.

A todos os professores de Ciência Política da UFPE que fizeram parte da minha formação acadêmica e me influenciaram a chegar até aqui.

A alguns amigos alagoanos: Augusta, Arlan e Leomir. Que compartilharam juntos comigo por grande parte desta jornada.

Por fim, meus agradecimentos a FACEPE que concedeu vinte e quatro bolsas de mestrado garantindo assim a realização desse curso.

A todos deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo responder a seguinte questão: O posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros exerce influência na formação de suas coligações? Metodologicamente buscamos para responder esta questão analisar as eleições para governador em todos os estados brasileiros no período de 1990 a 2014, baseando-se nos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), testando a hipótese de que a ideologia partidária exerce um papel secundário na formação das coligações eleitorais. Elaboramos a partir da literatura precedente uma classificação dos partidos numa escala ideológica de 1 a 7. Fizemos uso da técnica estatística (*clusters analysis*) para agrupar as coligações em 3 grupos: consistentes, semiconsistentes e inconsistentes. Esta classificação foi baseada no desvio-padrão de cada coligação. As principais conclusões foram que: (1) A prática de lançar candidaturas coligadas deixou de ser exceção e hoje é regra; (2) O perfil de coligações semiconsistentes se apresentou com os maiores índices de lançamentos (52,4%) e de sucesso eleitoral (71,9%), ficando as consistentes em segundo lugar no quesito lançamento de candidaturas, mas em último em sucesso. Logo, o fator ideológico se mostrou fraco, pois as coligações consistentes não se mostraram as mais fortes em nenhum dos cenários observados; e (3) O número de partidos nas coligações contribui efetivamente para o aumento de obtenção de votos e consequentes chances de sucesso eleitoral.

**Palavras-chave:** coligações eleitorais; ideologia partidária; partidos políticos; análise de clusters.

## ABSTRACT

The objective of this paper is to answer the following question: Does the ideological position of Brazilian political parties influence the formation of their electoral coalitions? Methodologically we tried to answer this question to analyze the elections for governor in all the Brazilian states from 1990 to 2014, based on data provided by the Superior Electoral Court (TSE), testing the hypothesis that party ideology has an effect on the formation of electoral coalitions. From the previous literature we have prepared a classification of the parties on an ideological scale of 1 to 7. We used the statistical technique (clusters analysis) to group the coalitions into three groups: consistent, semiconsistent and inconsistent. This classification was based on the standard deviation of each coalition. The main conclusions were that: (1) The practice of electoral coalitions is no longer an exception and today it is a rule; (2) The profile of semiconsistent coalitions presented the highest number of launches (52.4%) and electoral success (71.9%). Consistent electoral coalitions are the second in the issue of candidacies, but last in success. Therefore, the ideological factor proved to be weak, since the consistent coalitions did not prove to be the strongest in any of the observed scenarios; (3) The number of parties in the coalitions effectively contributes to the increase in votes and consequent chances of electoral success.

**Keywords:** Electoral Coalitions; Party Ideology; Political parties; Cluster Analysis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Classificação ideológica dos partidos políticos no Brasil segundo alguns autores	41
Quadro 2 –	Classificação ideológica em sete pontos dos partidos políticos brasileiros	43
Quadro 3 –	Desenho de pesquisa	45
Quadro 4 –	Variáveis do trabalho	43
Gráfico 1 –	Tipo de candidaturas por anos (1990-2014)	51
Gráfico 2 –	Partidos x Lançamento de candidaturas isoladas como porcentagem do total de candidaturas da amostra	52
Gráfico 3 –	Candidaturas coligadas por partidos como porcentagem do total de candidaturas da amostra	53
Gráfico 4 –	Tipo de candidatura por Regiões da Federação	54
Gráfico 5 –	Tipo de candidatura por estados da federação	55
Gráfico 6 -	Taxa de sucesso eleitoral por tipo de candidatura 1990 a 2014 (%)	56
Quadro 5 –	Comparativo dos perfis de candidatura x sucesso (1990-2014)	57
Figura 1 –	Sucesso eleitoral por perfil das coligações (1990-2014)	65
Gráfico 7 –	Perfil das candidaturas coligadas (1990-2014)	65
Gráfico 8 -	Perfil das candidaturas coligadas por ano	67
Gráfico 9 –	Padrão dos perfis das coligações ao longo dos anos	68
Gráfico 10 –	Perfil das candidaturas coligadas por Região (1990-2014)	69
Gráfico 11 –	Taxa de sucesso por perfil das coligações (1990-2014)	71
Gráfico 12 –	Perfil das coligações por Regiões do Brasil	74
Gráfico 13 –	Quantidade de partidos nas coligações	78
Gráfico 14 –	Evolução das coligações por tamanho entre os anos de 1990 a 2014	81
Gráfico 15 –	Classificação das coligações por tamanho e por resultado nas eleições entre 1990-2014	82
Gráfico 16 –	Quantidade de partidos na coligação x votos nominais e situação (eleitos/ não eleitos) nos Estados com colégios	84

	eleitorais pequenos	
Gráfico 17 –	Quantidade de partidos na coligação x votos nominais e situação (eleitos/ não eleitos) nos Estados com colégios eleitorais médios	85
Gráfico 18	Quantidade de partidos na coligação x votos nominais e situação (eleitos/ não eleitos) nos Estados com colégios eleitorais grandes	86

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Tipos de candidaturas (1990-2014)	50
Tabela 2 –	Partidos e quantidade de candidatos eleitos aos executivos estaduais (1990-2014)	58
Tabela 3 –	Taxa de sucesso dos partidos (1990-2014)	59
Tabela 4 –	Partidos que lançaram candidaturas sem sucesso (1990-2014)	62
Tabela 5 –	Classificação ideológica das coligações a partir da formação de clusters	64
Tabela 6 –	ANOVA	65
Tabela 7 –	Perfil das coligações por partidos (1990-2014)	75
Tabela 8 –	Tamanho das coligações (números de partidos) – (1990-2014)	79
Tabela 9 –	Frequência das coligações por tamanho das eleições entre 1990 e 2014	80
Tabela 10	Taxa de sucesso dos tamanhos de coligações entre 1990 e 2014	83
Tabela 11	Correlação entre quantidade de partidos na coligação e obtenção de votos nos estados com colegiado pequeno	85

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEM	Democratas
OS	Partido Socialista
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PAS	Partido da Ação Social
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCN	Partido Comunitário Nacional
PCO	Partido da Causa Operária
PD	Partido Democrático de São Paulo
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEB	Partido Educacional Brasileiro
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PPB	Partido do Povo Brasileiro
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro

PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTR	Partido Trabalhista Renovador
PV	Partido Verde
SD	Solidariedade
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO TEÓRICA</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>Partidos políticos e coligações</b>	<b>17</b>
<b>2.2</b>	<b>Aspectos legais e institucionais sobre coligações no Brasil</b>	<b>21</b>
<b>2.3</b>	<b>Os estudos sobre coligações no Brasil</b>	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>38</b>
<b>3.1</b>	<b>Partidos políticos e ideologia: uma proposta de posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros</b>	<b>38</b>
<b>3.2</b>	<b>Métodos, técnicas de análise e quadro de variáveis</b>	<b>44</b>
<b>3.3</b>	<b>Dados da pesquisa, hipóteses e método</b>	<b>46</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS: COLIGAÇÕES ELEITORAIS NA ARENA SUBNACIONAL</b>	<b>50</b>
<b>4.1</b>	<b>Padrões gerais e por região das candidaturas</b>	<b>50</b>
<b>4.2</b>	<b>Resultados por partidos</b>	<b>55</b>
<b>4.3</b>	<b>Perfis e tendências gerais das coligações</b>	<b>63</b>
<b>4.4</b>	<b>Eficácia eleitoral pelos perfis de coligações</b>	<b>70</b>
<b>4.5</b>	<b>Quantidade de partidos nas coligações e chances de sucesso</b>	<b>78</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>91</b>
	<b>APÊNDICE A - Cálculo do Posicionamento Ideológico-Partidário (PIP) do PSD</b>	<b>97</b>
	<b>APÊNDICE B - Tabela – Tamanho dos estados brasileiros segundo seus colégios eleitorais</b>	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo responder a seguinte questão: O posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros exerce influência na formação de suas coligações?

Sabe-se que atualmente o Brasil vive um momento de crise institucional em que a própria democracia e suas instituições são colocadas em xeque devido a diversos escândalos envolvendo políticos que estão ligados a crimes de corrupção e outros diversos. Entretanto, anteriormente a este fato o Brasil passava por um momento de estabilidade e fortalecimento de sua democracia, em que muitos estudos se disseminaram dentro das Ciências Sociais e em especial da Ciência Política sob os mais diversificados temas referentes ao sistema político brasileiro.

Dentre os diversos temas abordados pela Ciência Política um em especial se mostrava bastante promissor. Como diz Krause “As possibilidades que estudos empíricos sobre coligações eleitorais oferecem para a análise de fenômenos políticos são promissoras.” (p.9, 2010). Os estudos sobre coligações fornecem várias vias para analisarmos o sistema político brasileiro, como algumas perspectivas para analisarmos o perfil dos partidos e suas identidades no espectro ideológico. (KRAUSE e SCHMITT, 2005).

Com o intuito de abordar a análise sobre as coligações eleitorais nas arenas subnacionais do Brasil é que esta pesquisa se encontra, tendo como objeto de pesquisa os partidos políticos e suas coligações no Brasil. Em relação à delimitação, fizemos um recorte temporal observando o período de 1990 a 2014, considerando todas as disputas majoritárias para os executivos estaduais no Brasil (Governadores). Vale ressaltar que ao longo do nosso trabalho, utilizaremos alguns sinônimos para a palavra coligações, mas que dizem respeito ao mesmo fenômeno: alianças, uniões, acordos, associações eleitorais.

Considerou-se ainda que as pesquisas no sistema majoritário, especificamente acerca das coligações partidárias, podem fornecer importantes subsídios para o entendimento do funcionamento do poder local no país, tendo em vista que cada estado apresenta questões de ordem regional para a definição da estratégia dos partidos em disputas municipais. Assim, conhecer os aspectos locais

que influenciam o comportamento coligacional pode ampliar as possibilidades de análises no nível nacional e ajudar a estabelecer um padrão de estratégias eleitorais adotadas pelos partidos.

Este trabalho teve por objetivos específicos: identificar a relação entre ideologia e a formação das coligações para o executivo estadual no Brasil no período de 1990 a 2014; realizar a caracterização de todas as coligações conforme o seu nível de consistência ideológica (consistentes, semiconsistentes e inconsistentes); investigar de uma perspectiva geral como se dá o comportamento dos pequenos e grandes partidos políticos brasileiros a respeito de suas estratégias coligacionais ao longo do tempo; identificar quais os tipos de coligação obtiveram maior taxa de sucesso em eleger seus candidatos e se isso é inflacionado pela quantidade de partidos dentro de cada aliança.

No que diz respeito às hipóteses, temos como principal hipótese testar a ideia explanada por grande parte da literatura e apoiada nos pressupostos da teoria da escolha racional de que os partidos enquanto agentes racionais tendem a escolher seus aliados buscando maximizar suas chances eleitorais e não levando em conta de forma preponderante o posicionamento ideológico desses seus parceiros.

Especificamente, as hipóteses levantadas foram que: a) os partidos políticos grandes tendem a buscar maximização de chances no pleito eleitoral, não tomando como principal fator a ideologia ao estabelecer alianças; b) partidos políticos em posições mais extremas no espectro ideológico realizam coligações mais consistentes; c) coligações consistentes possuem uma maior taxa de sucesso eleitoral em eleger seus candidatos; d) Quanto maior o número de partidos dentro da coligação maiores são as chances de sucesso eleitoral.

Este trabalho foi estruturado da seguinte maneira. No primeiro capítulo iremos apresentar os principais aspectos referentes aos partidos políticos e a discussão a cerca da ideologia e de seu papel dentro dos partidos políticos na atualidade, também apresentando todo o arcabouço institucional e legal sobre como funcionam as coligações eleitorais no Brasil atualmente e historicamente apresentando também todo um arcabouço dos principais estudos sobre coligações eleitorais na Ciência política nacional e internacional.

No segundo capítulo abordaremos os aspectos metodológicos do trabalho, a saber, os dados, a metodologia utilizada na pesquisa e a análise dos dados.

Também mostramos como se deu a nossa classificação sobre os partidos políticos brasileiros e a classificação das coligações baseadas em seu grau ideológico.

No terceiro capítulo apresentamos a análise dos dados, observando a nossa questão de pesquisa e hipótese apresentamos os dados e algumas interpretações sobre os mesmos.

Por fim, teceremos nossas considerações finais baseadas no papel da variável ideologia na formação de coligações pelos partidos políticos e alguns dos padrões encontrados sobre as estratégias partidárias no que diz respeito à formação de coligações ao longo do período analisado. Diante disso, este trabalho pretende contribuir para o debate acerca das coligações partidárias na política brasileira, considerando suas possibilidades explicativas em cada cenário eleitoral brasileiro.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 Partidos políticos e coligações

Existem inúmeros estudos canônicos tratando de analisar os partidos políticos e teorizar sobre os mesmos, entretanto, poucos se detêm de forma especial sobre o fenômeno das coligações eleitorais. Entre os existentes podemos destacar Maurice Duverger (1970) e Ângelo Panebianco (1990).

Segundo Dantas (2007), este fato é explicado pelo pequeno número de democracias que permitem a celebração de uniões para as eleições proporcionais. No que diz respeito às eleições majoritárias, foco de nosso trabalho, Nicolau (2004), mostra que elas são mais normais, mesmo que em número reduzido, e acontecem em alguns países, como: Suécia, Polônia, Grécia, Israel, Dinamarca, Chile, Bélgica, Brasil e Bulgária.

O fato de poucos países adotarem o uso de alianças pré-eleitorais nos seus pleitos também tem relação com o tipo de regime e o sistema partidário, pois em sistemas bipartidários, por exemplo, se torna inviável e muito improvável a celebração de acordos deste tipo.

Segundo Dantas,

“...o fato é que raros são os exemplos de cenários estudados sobre coligações que se concentrem em eleições majoritárias. A literatura internacional parece apenas salientar que os acordos nesse tipo de eleição são comuns e relevantes, sendo possível afirmar que o tema não desperta grande atenção da Ciência Política” (DANTAS, 2007, p.23).

Mesmo diante dessa realidade alguns estudiosos fora do Brasil se ocuparam em investigar alguns aspectos desses acordos. A seguir apresento alguns dos principais achados a que estas pesquisas chegaram.

Comumente, o termo utilizado pela literatura internacional é *pre-electoral coalitions*, o qual podemos traduzir como coalizões pré-eleitorais, vistas também como pactos que indicam a existência de acordos realizados antes das eleições que se destinariam a posterior distribuição de vagas no gabinete ou o recebimento de benefícios do governo. A bibliografia aponta que existe uma relação entre esses

acordos assinados pré-eleições e as negociações pós-eleições para a formação dos governos de coalizão.

Uma das principais expoentes desses estudos é Sona Golder, que em seu trabalho *“Pre-electoral coalitions in comparative perspective: A test of existing hypotheses”* (2005), identificou três razões principais pelas quais as coalizões pré-eleitorais são significativas para análises pelos cientistas políticos. A primeira é que elas afetam a composição e políticas do gabinete; a segunda que elas podem fazer da formação do governo um processo mais transparente e, portanto, proporcionar um mandato político mais forte; e que as mesmas são bastante comuns nas democracias pós-industriais.

Neste seu estudo Golder analisa a presença desses acordos em 20 países e mostra que quando possível, a realização destas alianças é mais percebida em sistemas proporcionais.

Em outro, texto Golder afirma que

*“A systematic analysis of these coalitions using a new dataset constructed by the author and presented here contains information on all potential pre-electoral coalition dyads in twenty industrialized parliamentary democracies from 1946 to 1998. Pre-electoral coalitions are more likely to form between ideologically compatible parties.”*(GOLDER, 2006,p.193)

Ou seja, realizando uma análise sistemática em 20 democracias parlamentares industrializadas entre 1946 e 1998, a autora identificou que as coalizões pré-eleitorais são mais propensas a serem construídas por partidos ideologicamente compatíveis. Este fato nos chama atenção, pois se assemelha à análise que estamos realizando nas disputas para governador no Brasil, que é justamente identificar se o fator ideológico exerce influência na formação das coligações eleitorais em nosso país. Além disto, a autora mostra que estes acordos são mais propensos a acontecerem quando os partidos envolvidos são de tamanhos semelhantes e o sistema partidário é polarizado ideologicamente.

Um aspecto que é bastante levado em consideração no conjunto de estudos sobre o tema é a problematização de se os acordos pré-eleitorais são transformados em acordos pós-eleitorais e quais motivos influenciam essa transformação de pacto anterior à eleição em formação de gabinete nas democracias parlamentaristas. A

esse respeito Debus (2009) explicou que os estudos mais recentes demonstram que os compromissos pré-eleitorais e a distância ideológica entre os partidos influenciam na formação da base governamental, entretanto, quais áreas das políticas são mais importantes para os partidos concordarem e construir uma coalizão? Sendo assim, o autor analisou um conjunto de dados que incluíam quais eram os parceiros preferenciais dos partidos e a heterogeneidade deles em relação a determinados tipos de políticas e identificou que não apenas questões ligadas à economia determinam a formação de parceiros. Não surgiram evidências de que a política econômica, e, portanto, a escala esquerda-direita seja por si só decisiva para a formação das alianças, mas sim existiria uma série de fatores que estariam contribuindo dentro do jogo de escolhas dos partidos políticos.

Outro texto que busca analisar que fatores influenciam na formação das coalizões pré-eleitorais é o de Bandyopadhyay et al (2009), nele os autores chamam atenção ao fato de que, como mencionamos, coalizões pré-eleitorais são bastante frequentes e influenciam a formação das coalizões de governo, só que essas coalizões anteriores às eleições podem até se comprometer a uma divisão de assentos no parlamento, mas não necessariamente uma orientação quanto a determinadas políticas, além disso, os membros da coalizão antes da eleição, podem até se juntar com outras coalizões no momento posterior ao pleito eleitoral. Ou seja, as coalizões pré-eleitorais não são necessariamente formalizadas igualmente no período pós eleição.

Em seu artigo os autores consideram o efeito da negociação pós-eleitoral sobre o compartilhamento de assentos no gabinete ante aos arranjos pré-eleitorais. Eles demonstram que levando em consideração que o pacto de compromisso anterior às eleições formalizado pelos partidos não é muito forte, um aspecto crucial para a manutenção ou não dos partidos na aliança pós-eleitoral é o poder de barganha que os mesmos detêm, em outras palavras, mesmo havendo os acordos anteriores, a manutenção dos mesmos depende e muito do resultado obtido pelos partidos na arena eleitoral e conseqüentemente seu maior ou menor poder de barganha perante o governo.

Dentro dessa mesma lógica, mas investigando não os motivos que levam à permanência ou não dos partidos nas coalizões pós-eleições, mas sim os motivos que fazem com que os partidos estabeleçam uma aliança pré-eleitoral, é que se

encontra o trabalho de Allern e Aylloy (2009). Em seu texto eles analisam dois casos de PEC (*pré-electoral coalitions*) ocorridos em 2005 e 2006, um envolvendo três partidos de centro esquerda da Suécia e outro quatro partidos de centro direita da Noruega, ambos considerados partidos com posições claras, e os autores sugerem algumas condições que podem ser necessárias para o firmamento de uma PEC. Algumas das considerações observadas pelos autores foi que para o firmamento de uma aliança ambos os partidos devem ver como “alcançável” o cargo em disputa, além de acreditarem que uma sinalização de uma aliança antes das eleições possa levar os eleitores a elegê-los para o cargo em disputa. Essas seriam condições importantes que norteariam a formação das *pré-electoral coalitions*.

Também existe um conjunto de trabalhos sobre coligações em eleições majoritárias que tratam dos acordos na Itália, acordos estes que foram motivados por mudanças que ocorreram no sistema eleitoral do país ao longo dos anos 90. Estes estudos não buscaram teorizar ou levantar grandes hipóteses a cerca das coligações eleitorais, mas sim compreender as consequências das modificações na formação do parlamento. Entre os pesquisadores que abordaram a questão temos: Di Virgilio (1998) e Bartolini e D’Alimonte (1996).

Mais recente, e analisando uma ótica ainda não investigada, Chiru (2014), tenta estimar o impacto das alianças pré-eleitorais sobre as taxas de sobrevivência dos governos e observa que os gabinetes da Europa Ocidental que reúnem coalizões pré-eleitorais são significativamente menos propensos a acabar com a dissolução e eleições antecipadas.

Segundo Dantas (2007) “A preocupação do restrito universo de estudos estrangeiros a cerca da questão busca estabelecer, principalmente, lógica entre os acordos para as disputas de eleições e a formação de gabinetes, com ênfase nos regimes parlamentaristas.” (p.23). Entretanto, mesmo a maioria se encaixando nesse arcabouço já existem novas perspectivas de análises sendo testadas por alguns autores.

Nossa breve apresentação sobre os principais estudos internacionais e seus argumentos a cerca das coligações eleitorais nos mostra que o tema é pouco debatido, principalmente quando se trata de disputas majoritárias. Além do que as principais hipóteses debatidas dizem respeito aos motivos que levam os partidos a

estabeleceram pactos pré-eleitorais, ou o que influencia que esses acordos se firmem no período pós-eleições. Entretanto, algumas observações se mostram interessantes de serem discutidas, como algumas colocações abordadas por alguns autores que mostram a importância do fator ideológico na decisão de estabelecimento de alianças pelos partidos políticos.

## **2.2 Aspectos legais e institucionais sobre coligações no Brasil**

Downs (1999) afirma que tanto partidos políticos como eleitores agem de forma racional na busca por metas e vantagens para si próprios. Esse pressuposto é amplamente compartilhado e creditado como verdade pela literatura que trata dos objetivos dos partidos em se coligarem.

Diversos estudos na Ciência Política apontam para o fato de que o quadro institucional em vigor exerce forte influência sobre o comportamento dos partidos políticos e seus acordos.

Estudos clássicos como os de Duverger (1970) e Panebianco (1990) trazem um entendimento de que o comportamento dos partidos é influenciado pelas regras eleitorais. O Brasil é um dos poucos países no mundo em que se é permitido realizar coligações ou alianças eleitorais proporcionais, e essa sua peculiaridade data legalmente da década de 30. Atualmente não há nenhum empecilho à formação de coligações diferentes entre os partidos brasileiros nos âmbito nacional, estadual e municipal. Sendo assim, partidos que são rivais no nível nacional podem se juntar no âmbito estadual e municipal permitindo que cada uma dessas esferas funcione como unidades autônomas.

Contudo, nem sempre as coligações (alianças entre partidos) foram permitidas livremente como na atualidade. Desta forma, apresento a seguir alguns aspectos legais referentes à regulamentação das coligações dentro da história brasileira, apresentando assim, algumas peculiaridades sobre a permissividade e modo de funcionamento das coligações eleitorais.

A primeira aparição legal do termo “alianças eleitorais” entre partidos é datada do DECRETO Nº 21.076, de 24 de FEVEREIRO de 1932 que estabeleceu o código eleitoral, o qual afirma em seus artigos 58, 96 e 101 que:

Art. 58. Processa-se a representação proporcional nos termos seguintes.

1º É permitido a qualquer partido, aliança de partidos, ou grupo de cem eleitores, no mínimo, registrar, no Tribunal Regional, até cinco dias antes da eleição, a lista de seus candidatos, encimada por uma legenda.

Art. 96. As vagas que, por qualquer motivo, houver na representação de cada partido, aliança de partidos ou candidatos registrados, serão preenchidas pelos suplentes respectivos, na ordem em que forem declarados eleitos.

Art. 101. Para os atos referentes á votação e apuração, podem, quando registados, nomear fiscais:

- a) os candidatos, individualmente ou em conjunto;
- b) os partidos e as alianças de partido. (BRASIL, 1932).

Como pode ser observado a partir dos artigos transcritos acima, as alianças eleitorais entre partidos políticos já são apresentadas como “possíveis”, mesmo não possuindo um mínimo detalhamento sequer sobre o seu modo de operar. Vale ressaltar, que nesse período da história brasileira, o país vivia um momento bastante conturbado, onde as forças políticas que há algum tempo governavam o país e que ficaram conhecidas como política café-com-leite vinham sendo desafiadas por novas ordens dentro da política brasileira.

Posteriormente a esse primeiro documento histórico que relata a permissividade sobre o uso de coligações, temos no período de 1946 a 1964 a utilização de alianças por grande parte dos partidos políticos. A estratégia de união entre os partidos foi bastante analisada por diversos estudiosos e será objeto de nossa análise posteriormente.

A lei que referendava essa utilização de alianças por parte dos partidos políticos foi o código eleitoral de 1950 (Lei nº 1.164) que manteve em vigor alguns pontos já presentes desde a década de 30 e buscou regularizar melhor o entendimento acerca das alianças eleitorais entre os partidos para as disputas eleitorais. No seu artigo 140, a lei estabelecia que:

Art. 140. É permitida a aliança de dois ou mais partidos políticos, para o fim do registro e da eleição de um ou mais candidatos comuns, no círculo nacional, regional ou municipal.

§ 1º A aliança será promovida, em cada caso, pelos competentes diretórios interessados.

§ 2º A aliança para eleições municipais dependerá da prévia aquiescência dos diretórios regionais.

§ 3º A aliança será representada por uma comissão interpartidária, escolhida pelos diretórios com que se relacione.

§ 4º A aliança, em cada caso, terá denominação própria. Nas eleições a que concorra em aliança, cada partido aliado poderá usar, sob a legenda da aliança, a sua própria legenda (BRASIL, 1950).

Nesse documento podemos observar que as alianças podiam ser feitas em qualquer uma das esferas: nacional, estadual ou municipal. É a primeira vez que fica explícito o âmbito de atuação das coligações, que se estendiam a todas as esferas políticas nas eleições. Além disto, o código eleitoral regularizou princípios que até hoje se fazem presentes, como o fato de poder ser adotado um nome próprio para cada aliança.

Em 1965, com a lei de nº 4.737 as uniões para os pleitos majoritários continuaram sendo aceitas, entretanto, foi excluída a possibilidade de alianças para as eleições proporcionais, essa exclusão sendo aplicada já para o pleito de 65. Posteriormente, acontecendo o golpe militar e tendo início o período correspondente ao regime militar aconteceu uma série de mudanças no sistema político brasileiro e nas regras eleitorais que regularizavam a atuação dos partidos políticos e até eles próprios. Primeiramente todos os partidos políticos foram extintos a partir do Ato Institucional nº 2, inviabilizando qualquer possibilidade de aliança.

A seguir com a adoção do sistema bipartidário no país, contendo o MDB e a ARENA como únicos partidos legalmente aceitos e instituídos, ainda era totalmente impossibilitada a adoção de coligações, visto que apenas dois partidos concorriam às eleições em ambas as esferas. Ainda assim as chamadas alianças eleitorais foram proibidas com a oficialização do Ato Institucional nº 4.

A possibilidade de estabelecimento de uniões entre os partidos voltou apenas a partir de 1979, com a Lei nº 6.767 que ainda proibia as coligações para os pleitos proporcionais, mas liberava sua formação para as eleições majoritárias. Esse cenário perdurou até o período de redemocratização em 1988 só tendo fim nas eleições de 1994.

Nas eleições de 1994, já sob a regência da lei 8.713/93, ficou facultado aos partidos celebrar coligações para as eleições majoritárias e proporcionais desde que não fossem diferentes dentro de uma “mesma circunscrição”. Logo surgiu a dúvida e debate sobre ao que especificamente se referia o termo circunscrição. Levando em

conta o fato de o Brasil ser um país federativo, era preciso definir com precisão se o termo se referia a limites subnacionais ou nacionais. Sendo assim, o TSE emitiu uma resolução, definindo que “mesma circunscrição” deveria ser entendida como dentro do mesmo Estado. Desta forma, os partidos políticos brasileiros já na eleição de 1994, ficaram obrigados a fazer coligações nos Estados que se refletissem tanto na arena majoritária quanto na proporcional, mas liberando coligações na arena federal com partidos que eram adversários em alguma das arenas estaduais.

Em 1997 foi promulgada a lei nº 9.504/97 que ficou conhecida como a “lei das eleições” e que estabeleceu as normas para as eleições no Brasil e também regulamentou sobre a formação de coligações por parte dos partidos políticos.

Art. 6º É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.

§ 1º A coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, e devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários (BRASIL, 1997).

A lei das eleições de 1997 modificou o entendimento anterior sobre a formação de coligações e liberou os partidos para realizar coligações nos pleitos majoritários, diferentes das realizadas para os pleitos proporcionais.

Podemos perceber que houve certa instabilidade no que diz respeito à legislação eleitoral quanto à permissividade e funcionamento das coligações. No período posterior à redemocratização houve uma decisão do TSE que causou grande impacto sobre a competição político partidária no Brasil.

Segundo Marchetti (2010)

“A simetria das coligações partidárias – ou regra da verticalização, como o tema ficou conhecido – estabeleceu limites mais rígidos para a formação de alianças em eleições em que simultaneamente estavam em disputa cargos majoritários e proporcionais nos níveis federais e estaduais.” (p.165).

Para situarmos melhor a discussão cabe adentrar um pouco sobre o que foi a regra da verticalização. Em 2001, o PDT realizou uma consulta ao TSE com a seguinte indagação: “pode um determinado partido político (partido A) celebrar coligações, para eleição de presidente da República, com alguns partidos (partido B,

C e D) e, ao mesmo tempo, celebrar coligação com terceiros partidos (E, F e G, que também possuem candidato à Presidência da República) visando à eleição de governador de estado da Federação?”. Ou seja, eles buscavam saber se era possível se coligar em um determinado Estado com partidos que na arena presidencial eram adversários.

A decisão tomada pelo TSE foi de proibir a realização de coligações nos Estados com partidos que na disputa presidencial se apresentavam enquanto adversários. Segundo Marchetti (2010) “os argumentos que fundamentam a decisão do TSE pela verticalização sob o ponto de vista jurídico estavam sustentados em dois pontos: 1) interpretação do termo ‘mesma circunscrição’ do artigo 6º da lei 9504/97 e 2) interpretação do texto constitucional que definia que os partidos políticos deveriam ter ‘caráter nacional’.” (p.167).

O TSE teve um entendimento diferente do que vinha sendo utilizado comumente, e estabeleceu o que ficou conhecido como “verticalização”, norma esta, que como foi mencionado acima, proibia partidos coligados com candidatos concorrendo à presidência de estabelecer eleições nas arenas estaduais e municipais com outros partidos adversários na arena presidencial, fomentando, desta maneira, um cuidado por parte dos partidos políticos em realizar coligações ou até mesmo participar de alianças nas eleições para presidente, pois estariam legalmente obrigados a replicar os mesmos aliados nas outras esferas eleitorais.

Essa decisão do TSE foi bastante contestada e discutida pelos próprios juízes e ministros da corte e também pelos partidos políticos. Via-se que em parte o TSE estava ocupando um espaço de legislador que não lhe cabia, limitando a autonomia partidária e impondo padrão à mesma, entretanto, a maioria dos ministros da corte, em sua decisão, sustentou que a aplicação da verticalização servia para contribuir para formação de partidos nacionais e quebrar o jogo de interesses regionais que faziam parte da política brasileira. Na verdade, podemos identificar que o debate a cerca dessa questão dizia respeito a uma questão maior que era sobre a qualidade dos partidos políticos na democracia brasileira.

Desta maneira, a regra da verticalização se fez em vigor nas eleições presidenciais de 2002 e impôs certo padrão e uma forma de estabelecer aliança diferenciada por parte dos partidos políticos. Os partidos buscaram soluções com a

intenção de modificar essa decisão do TSE e para isso buscaram três estratégias: 1) acionaram o STF contra a decisão do TSE; 2) também acionaram o TSE com diversas consultas para sanar as possíveis dúvidas e não sofrerem com nenhuma ação de impugnação de suas candidaturas e; 3) buscaram reformar a constituição para reverter com isso a decisão.

A primeira estratégia não obteve êxito, pois o STF não aceitou o papel e não julgou a questão, pois no entendimento dos ministros o órgão superior e responsável por essas questões era o TSE. A segunda estratégia veio através de diversas consultas e uma delas gerou um novo momento de discussão, pois foi indagado ao TSE sobre a possibilidade de um partido que não tivesse lançado candidato à Presidência da República e não participasse de nenhuma coligação para essa eleição fazer alianças com outros partidos para concorrer apenas às eleições estaduais. O TSE então decidiu abrandar a tese da verticalização e liberar os partidos que não se coligaram na arena presidencial a se coligarem da forma desejada nos estados.

Por fim, a terceira estratégia foi apresentar um projeto de emenda constitucional para modificar a constituição e assim reverter a decisão. Esse projeto foi apresentado primeiramente no Senado e aprovado com bastante celeridade, entretanto, ao chegar à Câmara dos Deputados, como não havia mais tempo hábil para vigorar nas eleições de 2002, perdeu sua prioridade e acabou votado e aprovado pela câmara dos deputados só em março de 2006, como Emenda Constitucional 52. Isso gerou uma nova consulta ao TSE, devido à proximidade para as eleições de 2006, foi decidido que a regra da verticalização continuaria em vigor para o pleito eleitoral daquele ano.

Em 2010 a regra da verticalização já não se encontrava em vigor, e posteriormente a esse período não aconteceram mais outras mudanças substanciais que pudessem alterar os princípios legais e institucionais de funcionamento das coligações no Brasil.

Desta forma, podemos perceber que ao longo de toda a história e do período abordado nesse trabalho, existiram diversos mecanismos legais que ampararam e amparam a formação de coligações, além de incentivos aos partidos, sendo assim,

podemos perceber um pouco de como esses aspectos podem afetar o fenômeno em análise.

### **2.3 Os estudos sobre coligações no Brasil**

Nesta seção buscamos realizar um levantamento acerca dos principais estudos sobre as coligações partidárias a sua influência no sistema político e sistema partidário, a influência na questão da representação, entre outros aspectos.

Dentro do sistema político brasileiro, como já explanado anteriormente se encontra uma peculiaridade vista em alguns poucos países pelo mundo, que é a liberalização das “coligações” para as disputas de todos os cargos do quadro político, tanto nos pleitos majoritários como nos proporcionais. Essas coligações no modelo brasileiro são, em suma, a aliança de dois ou mais partidos para disputarem juntos “como um só partido” as eleições para determinado cargo eletivo. Todavia, a permissividade da formação de alianças não esteve presente durante toda a história brasileira, como vimos anteriormente, mas a história política do país apresenta uma recorrência do emprego das coligações. Tal fato foi destacado por Miguel e Machado (2007, p.759) ao afirmarem ser “a ampla utilização de coligações partidárias nas disputas eleitorais [...] uma das características marcantes na vida política brasileira”.

As coligações foram permitidas e utilizadas em grande medida pelos partidos políticos brasileiros, primeiramente na experiência democrática de 1950 a 1964, passando um período sem a sua permissão (a Ditadura Militar que perdurou de 1964 a 1986), voltando a ser assegurada a partir da redemocratização do país e promulgação da Constituição Federal de 1988.

Desde 1990 até os dias atuais as coligações continuam a ser permitidas e utilizadas com bastante frequência por parte dos partidos políticos brasileiros. A seguir apresentamos uma revisão dos principais estudos divididos nos dois momentos históricos da democracia no Brasil: (1) 1945 a 1964; (2) 1988 até os dias atuais.

Os estudos sobre as coligações eleitorais no Brasil não datam apenas do atual período democrático, com o advento da Constituinte de 1988 até os dias

atuais, pois no período democrático de 45-64 a preocupação em analisar as coligações e seus impactos sobre o sistema político já se fazia presente e alguns estudos também se detiveram em analisar o fenômeno das coligações partidárias.

Discutiremos a seguir quais foram os principais estudos sobre as coligações no período de 1950 a 1964 e apontaremos suas principais considerações e metodologias utilizadas. Podemos citar como pioneiro o trabalho de Soares (1964), que começou a desenvolver um esboço da primeira teoria explicativa sobre as coligações eleitorais. Sua análise foi baseada nos resultados eleitorais dos pleitos de 1950, 1954 e 1958 para os cargos de governador, senador e deputado (federal e estadual).

Basicamente, a proposta teórica elaborada por Soares se estabelece sobre duas diferentes premissas. A primeira é chamada pelo autor de “teoria da economia de esforços”. Nesta primeira premissa, supõe-se que os partidos políticos sendo conhecedores das regras institucionais para as eleições, tendem a buscar a maximização das suas chances de êxito no pleito eleitoral, sendo assim, as alianças eleitorais são vistas como mecanismos de maximização das chances eleitorais. Além disto, os atores (partidos políticos) são vistos como atores racionais, cuja tomada de decisões é feita baseando-se em um cálculo de ganhos e perdas.

Baseados nessa primeira premissa também surgiram duas hipóteses principais: (1) a de que os partidos pequenos coligam-se mais que os grandes, pois para estes é mais difícil atingir o quociente eleitoral; e (2) que as alianças são mais frequentes nas eleições majoritárias do que nas proporcionais.

A segunda perspectiva teórica foi chamada de “teoria da resistência ideológica”. Nesta, a formação de alianças/coligações eleitorais teria como base a influência das ideologias, das bases sociais dos partidos políticos e dos condicionamentos socioeconômicos sobre o comportamento dos próprios partidos na hora de formar coligações.

Em síntese, essa premissa afirma que existiria uma resistência por parte dos eleitores a alianças eleitorais esdrúxulas, isto é, alianças que envolvessem partidos de extremos opostos no espectro ideológico, como por exemplo, alianças que envolvessem partidos de extrema esquerda e partidos de extrema direita, pois, os

cidadãos tenderiam a punir essas coligações, o que influenciaria os partidos a realizarem alianças com partidos mais próximos ideologicamente.

O próprio autor afirma que a primeira perspectiva teórica (“teoria da economia de esforços”) está mais sujeita a comprovação empírica, já a “teoria da resistência ideológica” é uma vertente mais direcionada à sociologia política, não podendo ser testada ou mesmo apresentar resultados conclusivos com base nos dados observacionais (SOARES, 1964, p.121).

Outro importante estudo foi o realizado por Oliveira (1973), no qual a autora amplia o número de eleições observadas por Soares (1964), incluindo a eleição de 1962, porém seu levantamento observa apenas as alianças realizadas para o cargo de deputado federal. Primeiramente, a autora, tomando como pressuposto a teoria da resistência ideológica, busca investigar até que ponto a diferenciação estrutural dos estados brasileiros pode agir como um fator explicativo para o comportamento das coligações. Ela chega à conclusão de que “a estrutura socioeconômica estaria perdendo poder discriminatório enquanto variável independente” (OLIVEIRA, 1973, p.173). Sua explicação então se baseia na própria estrutura do sistema partidário.

Primeiramente, observando os partidos quanto à ideologia (esquerda, centro ou direita) e quanto à base social (urbano ou rural), a autora mostra que a taxa de alianças inconsistentes, tanto do ponto de vista ideológico (aliança entre esquerda e direita) quanto do ponto de vista espacial (aliança urbano/campo), teria sido sempre minoritária em relação ao total de coligações realizadas, indicando assim uma persistência das alianças consistentes espacialmente e ideologicamente. A segunda observação foi que um padrão bastante recorrente, na formação das alianças, foi a união entre um grande partido e um ou mais pequenos partidos.

Já Campello de Souza (1990), em seu estudo sobre o sistema partidário brasileiro reservou um capítulo para analisar as principais teses acerca da crise institucional e partidária do regime de 1946. Uma dessas teses foi exatamente a relativa ao aumento da proporção de parlamentares eleitos através de alianças ao longo do período.

Na sua investigação Campello de Souza compreende duas questões: “a primeira delas refere-se às tendências no tempo, do número e dos tipos de alianças

interpartidárias para a Câmara Federal e para as Assembleias Estaduais” (CAMPELLO DE SOUZA, 1990. p. 157). “A segunda questão diz respeito à racionalidade do comportamento aliancista dos partidos, a qual estava voltada para assegurar ou ampliar a representação parlamentar dos partidos que se coligavam”. As suas conclusões foram que ela pode perceber

“índices de que o comportamento aliancista era nacional e crescente, embora com ritmos diferentes, durante o período, e que não era errático, ao contrário, acompanhava, em alguns casos, afinidades ideológicas, noutros, estratégias de expansão partidária e, em todos, estratégias de ganho eleitoral racionalmente elaboradas” (CAMPELLO DE SOUZA, 1990, p. 160).

Baseada nessa premissa da racionalidade no padrão das alianças eleitorais, a autora formulou quatro regras para a formação de alianças. A primeira regra defende que partidos políticos que se mostram majoritários no cenário estadual tendem a não se coligar, visto que acreditam no sucesso, concorrendo de forma isolada. A segunda regra, diferentemente da primeira, supõe que partidos em situação minoritária buscam eleger ao menos um representante, sendo assim têm mais incentivos a participar de alianças. A terceira e a quarta regra estão relacionadas à questão das quantidades de cadeiras colocadas em disputa e o efeito do tamanho dos partidos: quanto menor o quociente eleitoral, menor o número de alianças, e quanto menor o partido, maior a sua disposição a participar de alianças.

Lima Júnior (1983) também contribuiu com uma pesquisa na qual se baseou na racionalidade política contextual. O autor utiliza uma base de dados referentes às eleições de 1950 a 1962, tanto para a Câmara dos Deputados quanto para as assembleias legislativas subnacionais. De acordo com suas análises, existiriam dois princípios básicos que fundamentariam a formação de alianças:

- (1) Os partidos participam de alianças com o intuito de maximizar as suas chances eleitorais;
- 2) Os partidos também formariam alianças para buscar derrotar seu principal adversário.

A principal constatação a que chegou foi que, as coligações obtêm uma efetiva maximização das chances, visto que 80% dos partidos que se coligaram obtiveram a primeira ou segunda posição no número de votos entre o período de 1950 a 1962, caindo este número para 55% na esfera estadual. Com isso ele pode

averiguar que o poder dos partidos políticos em ganhar eleições concorrendo isoladamente era bem maior na esfera estadual do que na federal.

Tentando descobrir as possíveis razões que contribuíram para a paralisação do sistema partidário brasileiro antes da ruptura de 1964, Santos (1987) nota que uma das razões observadas foi a permissividade da prática das alianças nos pleitos proporcionais. Ele demonstra que em primeiro lugar não haveria uma correlação entre o grau de competitividade do sistema partidário e a frequência de alianças. Em segundo lugar, observa que a formação de alianças não estava fundamentada unicamente em fatores ideológicos, visto que o porcentual de alianças inconsistentes (que contavam com partidos de pontos extremos dentro do espectro ideológico) se mostrou quase sempre crescente no período observado.

Sendo assim, a explicação para a crescente formulação de alianças estava baseada em características presentes no próprio sistema político, como as regras eleitorais, que favoreciam a formação de coalizões. Além do que, a formação de alianças era vista sempre de forma estratégica. No limite, os partidos só tinham a ganhar com a formação de alianças. Santos afirma que

“o fascínio das alianças explica-se deste modo de forma bastante simples: todos os partidos ganhavam, embora uns mais do que os outros, além de praticamente assegurarem aos pequenos partidos uma representação que de outro modo seria extremamente duvidosa de ser obtida” (SANTOS, 1987, p.111).

Com isso, a tese defendida por Santos (1987) foi a da universalização dos ganhos produzidos pelas alianças. Todos os partidos políticos em algum momento teriam sido beneficiados dentro do período de 1950 a 1962, através da utilização das alianças eleitorais, em especial, os grandes partidos nacionais, que teriam sido os mais beneficiados neste processo. Porém, o processo também geraria um problema relacionado à questão da representação, porque, cada vez mais os representantes eram eleitos através das coligações e não de forma autônoma, o que supostamente incorreria na descaracterização da representação, aumentando a probabilidade de um indivíduo dar um voto conservador, mas este voto elege um representante progressista ou vice-versa (SANTOS, 1987).

Segundo Lavareda (1991), a formação das alianças segue um viés ainda não mencionado nos trabalhos anteriores. O autor estabelece a lógica da importância

das alianças para os partidos pequenos, pois, os mesmos poderiam aumentar consideravelmente suas chances de conseguir eleger representantes nos pleitos proporcionais. Porém, para os grandes partidos políticos esta lógica não seria a mesma, porque eles poderiam eleger mais candidatos se disputasse as eleições de forma isolada. Desta forma o autor, busca responder a seguinte questão de pesquisa: porque os grandes partidos fariam alianças, assim mesmo? Na sua visão,

“os grandes partidos aceitavam, tal como nos dias atuais, as coligações proporcionais por motivos rigorosamente estranhos aos pleitos proporcionais. As coligações nesses pleitos funcionavam como instrumentos de barganha para amealhar apoio de pequenas legendas nas eleições de soma zero - os pleitos majoritários de turno único para executivos estaduais” (LAVAREDA, 1991, p.115-116).

Ou seja, para os grandes partidos políticos, assim como para os pequenos, as coligações traziam a maximização de ganho nas eleições, e no mais, tudo fazia parte de um jogo estratégico e racional entre diversos atores.

Baseando-se nesta premissa observada por Lavareda (1991), Souza (1996) testa o poder de influência que teriam as eleições de governador sobre as eleições proporcionais estaduais, tomando como questão principal a ideia de que nos Estados, onde ocorriam eleições simultâneas para os cargos majoritários e proporcionais, as alianças eleitorais seriam mais bem-sucedidas.

Após testar sua hipótese, observando as eleições legislativas federais e estaduais entre 1954 a 1962, comparando os Estados que possuem eleições simultâneas para o cargo executivo e para os cargos legislativos, e aqueles que não tinham, pode-se observar que “há uma vinculação muito grande entre o número de alianças e as eleições majoritárias, e essa relação independe do nível de urbanização e industrialização” (SOUZA, 1996, p.50).

No atual período democrático o debate em torno das coligações é reascendido. E a partir dos anos de 1990 o debate sobre a fragmentação do sistema partidário brasileiro e sobre as distorções de representação chama a atenção da Ciência Política e faz com que diversos cientistas políticos voltem a observar e analisar as coligações. Estudos como os de Tavares (1992), Fleischer (1995), Nicolau (1996), Dalmoro e Fleischer (2005), Braga (2006) entre outros vão procurar observar o impacto que as coligações podem trazer sobre a representação política e

se estas estariam ou não contribuindo para a maior fragmentação do sistema partidário brasileiro.

Outra perspectiva adotada nos estudos sobre coligações diz respeito às identidades ideológicas. O foco destes trabalhos está associado ao tradicional problema da fragilidade identitária/ideológica dos partidos brasileiros. Vários estudos clássicos sobre o período 1954-62 trataram deste assunto. Os estudos de Oliveira (1973), Soares (1974, 2001), Souza (1976; 2006) e Santos (1987) são alguns exemplos de trabalhos que visaram observar através das coligações até que ponto os partidos brasileiros possuem uma identidade ideológica e colocam essa identidade como uma variável importante na hora de se coligarem com outros partidos para as eleições. Os resultados encontrados por essa série de estudos não são homogêneos, mas em sua maioria mostram a fragilidade da variável ideologia para que se possam explicar as estratégias adotadas pelos partidos para se coligarem, além do que muitas vezes os resultados se mostram até contraditórios. Um dos motivos destas diferenças entre os resultados obtidos pelos trabalhos diz respeito à questão metodológica, visto que parte dos estudos se utilizaram de mecanismos metodológicos diferentes, e, além disto, também reflete uma das dificuldades encontradas, inclusive, no período atual no que diz respeito aos estudos sobre coligações. Os autores não chegaram a um consenso na utilização dos mecanismos metodológicos ou, por vezes, os bancos de dados e técnicas utilizadas não são transparentes e claras o suficiente para que esses achados possam ser replicados por diferentes pesquisadores.

Vários autores se debruçaram sobre o tema coligações e identidades ideológicas, fazendo surgir diversos estudos. Entre esses mais atuais estão os de Figueiredo (1994), Novaes (1994), Nicolau (1994), Schmitt (1999; 2005), Machado (2005), Souza (2006), Dantas (2007), Machado (2007), Miguel e Machado (2007; 2008), Krause e Schmitt (2005), Carreirão (2006), Krause, Dantas e Miguel (2010) e Leoni (2011).

O trabalho de Schmitt (1999), ao abordar o sistema partidário brasileiro também traz uma análise sobre as coligações. Ele elabora uma classificação das coligações quanto à questão ideológica, utilizando o conceito de consistência ideológica. Com base na sua definição teríamos três graus associados ao termo

consistência, assim as coligações poderiam ser consistentes, meio consistentes e inconsistentes. Isto é, (1) consistentes: coligações entre partidos de um mesmo bloco ideológico (por exemplo, só entre partidos de esquerda, ou só de direita, ou apenas contendo partidos do centro); (2) meio consistentes: seriam coligações contendo partidos de um dos extremos com partidos de centro (por exemplo, um partido de esquerda com um do centro, ou um partido de direita com outro de centro); e (3) inconsistentes: seriam aquelas coligações que envolvessem partidos assentados nos dois extremos do espectro ideológico (por exemplo, uma coligação envolvendo partidos de esquerda com partidos de direita).

Esta terminologia utilizada por Schmitt foi por algum tempo preponderante nos trabalhos sobre coligações. Porém a mesma possui algumas limitações, que posteriormente foram discutidas por diversos críticos. Em seus resultados Schmitt (1999) mostra que, dentre o período de 1986 a 1994, na Câmara dos Deputados houve um domínio do tipo de coligação consistente, que representou 66% do total de coligações, ficando as inconsistentes com cerca de 16% e as meio consistentes representando 18%.

Machado (2012) também traz um estudo muito importante sobre as coligações eleitorais no Brasil. Ela parte da indagação “o que leva os partidos políticos brasileiros a formar estes cartéis eleitorais?” (MACHADO, 2012, p.1). Com isso o objetivo dela é desvendar quais são os principais incentivos que os partidos políticos têm para participar das eleições concorrendo por coligações e, além disso, também investiga o efeito das coligações sobre a representação no Congresso.

A autora parte da abordagem teórica da escolha racional, na qual os atores políticos são vistos como atores que agem de forma intencional e racional para perseguir seus objetivos. Ela analisa as cinco primeiras eleições pós-88 para a Câmara dos Deputados (1990, 1994, 1998, 2002 e 2006). Para realizar a análise dos dados referentes à homogeneidade/heterogeneidade ideológica das coligações ela utiliza o desvios-padrão (dispersão em torno da média). Os principais resultados a que chegou foram que, primeiramente, as coligações eleitorais atualmente são parte fundamental no jogo político brasileiro e que seus efeitos são significativos, visto que, quase sempre conseguem cadeiras no legislativo. Além disso, as coligações hoje se tornaram a regra e não exceção dentro do jogo político. Em

relação a suas hipóteses, a primeira foi corroborada, pois “principalmente em magnitudes distritais menores, dado o número mínimo de oito cadeiras no Brasil, é mais difícil atingir o quociente eleitoral. Por isso, os partidos menores não tem outra escolha a não ser participar de coligações para ver seus votos contarem na eleição de deputados federais” (MACHADO, 2012, p.126).

A sua segunda hipótese, de que o movimento da esquerda/partidos mais “intensos” para a direita/ partidos menos “intensos” na escala ideológica aumentaria a probabilidade de coligações, não correspondeu com o resultado da análise dos dados de 1994 e 2006.

Outros fatores identificados pela autora que teriam grande importância para a formação das coligações foram o “tamanho do partido”, e o fato deles “lançarem ou não candidatos para o cargo de governador”. Ela pode observar que “em suma, os partidos maiores tendem a entrar em coligações na disputa proporcional com mais frequência quando têm candidatos na corrida simultânea majoritária e proporcional, no Estado” (MACHADO, 2012, p.127).

Leoni (2011) analisa a questão das coligações e ideologia nas eleições, só que sob um ponto de vista pouco estudado, pois sua análise é sobre as eleições para vereador no Brasil. Ele parte da hipótese mais aceita pela literatura atual, a de que os partidos participam de coligações para buscar a maximização de chances eleitorais. No entanto, o autor também parte do pressuposto de que ao mesmo tempo em que buscam maximizar suas chances de vitórias eleitorais, os partidos também buscam minimizar a variação ideológica entre os membros da coligação.

Para classificar os partidos dentro do espectro ideológico ele toma como base a classificação elaborada por Power e Zucco Jr. (2009), na qual os autores com base em uma pesquisa de *survey* trazem estimativas de pontuação para os partidos dentro de uma escala que varia de 1 a 10. O resultado a que sua pesquisa chegou foi que existiria um importante fator ideológico nas decisões coligacionais, sendo também as coligações mais frequentes entre partidos mais próximos ideologicamente.

Além da importância observada do fator ideológico, também pode-se notar a importância das regras institucionais, ou seja, o desenho do sistema político

brasileiro, tomando como aspecto especial a questão do quociente eleitoral. Em municípios com o quociente eleitoral maior, ou seja, onde é mais difícil de conseguir atingir o número de votos mínimos para se ter direito a uma cadeira legislativa, existiriam incentivos maiores à formação de coligações. Por fim, o autor afirma que apesar de menor, o fator ideologia ainda possui importância para a formação de coligações. (LEONI, 2011, p.128)

Figueiredo (1994) elabora a “lei de ferro da competição eleitoral”, segundo a qual os partidos se coligam visando redução da probabilidade de derrota, e corrobora as teorias elaboradas por Soares (1964) sobre a economia de esforços e a teoria da resistência ideológica.

Já Dalmoro e Fleischer (2005) analisam as coligações buscando investigar a questão relacionada ao “problema da proporcionalidade”, para isso os autores simulam uma distribuição das cadeiras para o legislativo primeiramente sem a presença das coligações, depois testam com as coligações e isso tudo com diferentes fórmulas para a divisão dos votos. Utilizando a fórmula “Saint-Lague pura de divisores” eles chegam à conclusão de que esta é a que proporciona a maior proporcionalidade. Porém, em seus dados fica constatado que a exclusão das coligações causaria uma menor representatividade, visto que, os partidos pequenos ainda seriam obrigados a alcançar o quociente eleitoral e muitos não alcançariam. Sendo assim, seria necessário além da exclusão das coligações, “a exclusão do quociente eleitoral como barreira de acesso dos partidos à distribuição de sobras” (DALMORO e FLEISCHER, 2005, p. 108).

Outro tema crescente na literatura diz respeito à nacionalização dos partidos. Krause (2005) aborda as coligações para presidente e governador entre 1994 e 2002, observando a construção de perfis nacionais e estaduais. Entre as suas considerações ela mostra que partidos que se aliam em uma coligação para a disputa do executivo nacional, podem se apresentar como adversários na arena estadual. Em outras palavras, os partidos seguem estratégias diferentes quanto à realização de suas coligações nas arenas nacional e subnacional. Isso comprova a discussão já posta por parte da literatura, de que os partidos no Brasil possuem diferentes lógicas de atuação, dependendo da arena em disputa (nacional ou

subnacional) e de acordo ainda no caso da arena subnacional de qual estado se esteja observando.

Observando as eleições no nível subnacional, Carreirão (2005) estudando o Estado de Santa Catarina, observa qual perfil de coligação predominou nas eleições de 1994 a 2002, definindo que existe uma tendência à constituição de coligações inconsistentes. O autor tomou como definição metodológica a proposta por Schmitt (1999), seguindo a definição de três tipos de coligações: consistentes, semiconsistentes e inconsistentes. Além disso, em sua hipótese o autor testou a teoria da “resistência ideológica”, que pressupõe que os eleitores punem coligações esdrúxulas do ponto de vista ideológico. O autor conclui que as coligações inconsistentes não recebem esse tipo de punição por parte do eleitorado, inclusive, alcançando índices positivos quanto à taxa de sucesso nas eleições e reeleições.

Dentro da perspectiva da arena federal, Favetti (2004) busca investigar as coligações para presidente em 1996, 1998 e 2002 e observa que as coligações são importantes para o modelo democrático, pois estimulam a pluralidade democrática, considerando que os partidos políticos são orientados em maior medida pelo ganho de posições políticas do que pela defesa de perspectivas ideológicas. Desta forma, a avaliação de coligações deve se limitar à observação de se elas estão conseguindo atingir seus objetivos, que são, por exemplo, conseguir superar os seus maiores e principais adversários em determinada disputa distrital.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Partidos Políticos e Ideologia: uma proposta de posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros

Desde o surgimento dos partidos políticos, os mesmos sempre estiveram atrelados a alcunhas ideológicas, como o posicionamento dentro do eixo esquerda-direita. Isto é, a famosa discussão a cerca do posicionamento ideológico e das ideias e interesses defendidos por aqueles partidos e conseqüentemente pela população, que votaria naqueles determinados partidos, pois acreditava em seus posicionamentos sobre determinadas questões sociais de suma importância para suas vidas.

Mais especificamente, a utilização política dos termos esquerda e direita nasceu no final do século XVIII e remete à posição dos assentos de jacobinos e girondinos na Assembleia francesa. E desde esse período essa distinção dos partidos políticos fez parte de toda a discussão política.

Como diz Miguel (2010),

“De fato, na maior parte dos séculos XIX e XX a dicotomia esquerda-direita mostrou-se útil para simplificar as disputas políticas. Esta utilidade contribui decisivamente para fixa-la como sendo o critério por excelência que definia as posições dos agentes políticos. Mas, a partir do final do século XX, há uma crescente dificuldade para aplicá-la.”(p. 31)

Como assinalou Miguel, durante os séculos XIX e XX a dicotomia esquerda- direita e o posicionamento dos partidos nela foi bastante utilizada, entretanto já a partir do fim do século XX esse cenário foi modificando-se. Dando continuidade ao seu raciocínio Miguel afirma que existem dois motivos principais que explicam esta dificuldade. O primeiro seria o colapso do comunismo, com a queda do muro de Berlim, pois, anteriormente a dicotomia entre esquerda e direita estava muito atrelada à questão da propriedade privada e dos meios de produção, mas com a crise que levou ao fim a União Soviética o modelo estadista se tornou bastante desacreditado. O segundo motivo “é que a vida social contemporânea se estrutura em torno de múltiplas clivagens” (MIGUEL, 2010, p.33). Isto é, diversos aspectos podem ser considerados como importantes e muitas vezes não exatamente se encaixam dentro desta dicotomia.

Atualmente, as condições de disputa geram dificuldades para se apropriar especificamente do posicionamento ideológico dos partidos políticos. No caso brasileiro sua aplicação é ainda mais dificultada devido a uma série de motivos amplamente conhecidos e discutidos por toda a literatura. Entre eles podemos citar o aparecimento e desaparecimento de partidos, a fusão entre alguns desses, mudanças de nomenclaturas, a baixa identificação do eleitorado, à questão do personalismo, entre alguns outros.

Como mencionamos acima, com o passar dos anos os partidos vêm passando por uma perda das características que os definem como sendo de esquerda, direita, centro, etc. Esta identificação pode ser definida como a “auto localização no contínuo direita-esquerda” (SINGER, 2000; CARREIRÃO, 2006; 2007). Ou seja, cada vez mais se torna difícil localizar os partidos políticos dentro do espectro ideológico.

De acordo com Sell (2006), esse declínio da questão ideológica por parte dos partidos políticos ainda possuiria outra faceta, pois não seriam apenas os partidos que estariam abandonando as suas ideologias, mas as próprias ideologias estariam entrando em declínio, pois não conseguiriam mais explicar as diversas características de um mundo cada vez mais multifacetado.

“A queda do muro de Berlim não eliminou as diferenças ideológicas, mas enfraqueceu muito a importância das ideologias na definição da vida política, incluindo-se aí os partidos políticos. Não são apenas os partidos que abandonaram suas ideologias. São elas que entraram em declínio.” (SELL, 2006, p. 164).

No que se refere ao nosso objeto de estudo que são as alianças partidárias, atualmente não é incomum que partidos de esquerda e direita realizem alianças entre si, como afirma Carreirão,

“Este diagnóstico aponta como alguns dos seus indícios a ocorrência de coligações eleitorais ou coalizões [...] “esdrúxulas”, que envolvem simultaneamente partidos, formalmente situados, à direita e à esquerda do espectro ideológico, e a alta taxa de migração de políticos entre partidos”. (CARREIRÃO, 2006, p.138).

A fragmentação das identidades e ideologias partidárias é um dos pontos que tem atraído a atenção de pesquisadores e analistas da política brasileira que tem sido caracterizada por um pluripartidarismo cada vez mais fragmentado. Mas apesar

dessa fragmentação, é preciso considerar que os partidos políticos com suas “ideologias” continuam sendo os atores-chave do processo eleitoral e de governo. São os partidos que organizam a competição do processo eleitoral e se revezam no papel de governo e oposição na esfera pública

Desta forma, cabe ressaltarmos que a nossa proposta de classificação dos partidos políticos brasileiros dentro do *continuum* esquerda-direita deve ser entendida como uma simplificação, que, no entanto, é necessária para reduzirmos as legendas em termos manejáveis e a rótulos que possamos estudar. Ou seja, toda a classificação dos partidos em relação a seus posicionamentos ideológicos reflete um mecanismo metodológico, mas que necessariamente não quer ser tratado como um dado da realidade.

Para a nossa proposta de posicionamento dos partidos brasileiros, buscamos levar em consideração que os rótulos, esquerda, direita, centro, entre outros, sintetizam um pouco da reputação desses partidos no interior do campo político ao longo dos anos, remetendo em muitos casos à história de cada legenda e à percepção dos estudiosos sobre essa ao longo do tempo.

Vale ressaltar que é uma tarefa árdua estabelecer uma classificação ideológica para os partidos brasileiros, quanto a isto temos plena convicção, dada a diversidade de metodologias que podem ser empregadas e que vêm sendo empregadas por diversos pesquisadores. Entretanto os estudos dentro da Ciência Política sobre o posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros são vários. (POWER e ZUCCO Jr., 2009; ZUCCO Jr., 2009; MADEIRA e TAROUCO, 2011; TAROUCO, 2008; CARREIRÃO, 2007).

A maioria dos estudos, tanto dos que tratam sobre as coligações eleitorais tanto de outros aspectos, utilizam em sua maioria uma classificação da ideologia baseada em três pontos (esquerda, centro e direita), não obstante, muitas críticas são direcionadas a estas definições, devidas principalmente, ao modesto potencial explicativo das mesmas.

Dentre os estudos que trabalham com perspectivas diferentes há os de Power e Zucco Jr. (2009) e Zucco (2009), nos quais os autores buscaram através do auto posicionamento dos próprios partidos políticos e de seus pares estabelecer estimativas do posicionamento ideológico dos partidos brasileiros no período pós-constituinte. A classificação proposta pelos autores foi baseada na “Pesquisa Legislativa Brasileira” (PLB), um projeto de *survey*, iniciado por Timothy Power em

1990, e que foi aplicado aos membros do congresso nacional em cada uma das legislaturas do atual regime democrático brasileiro. Entretanto, mesmo essa perspectiva do auto posicionamento recebe críticas, visto que, foi observado apenas um viés, que foi o dos próprios parlamentares, deixando outras perspectivas fora da análise.

Deste modo, decidimos apresentar as principais classificações elaboradas. Abaixo resumizamos um pouco de como alguns dos principais estudos estabeleceram as suas classificações a respeito dos partidos políticos brasileiros.

**Quadro 1. Classificação ideológica dos partidos políticos no Brasil segundo alguns autores**

Autor(es)	Extrema-Esquerda	Esquerda	Centro-Esquerda	Centro	Centro-Direita	Direita	Extrema-Direita
Lamounier (1989)		PT, PSB, PCB e PCdoB	PDT	PMDB e PSDB		PFL*, PDS*, PDC* e PL**	
Kinzo (1993)		PT	PDT e PSDB	PMDB e PTB	PL, PDC*, PFL*** e PDS*		
LIMA Jr. (1993)		PT, PCB, PDT e PSDB				PMDB, PDS*, PTB e PFL***	
Novaes (1994)		PT	PDT e PSDB		PMDB	PFL***	
Figueiredo e Limongi (1999)		PT e PDT		PMDB e PSDB		PPR*, PFL*** e PTB	
Schmitt (2000)		PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS e PV		PMDB e PSDB		PFL***, PPB*, PL**, PRN*, PP, PDC*, PSC, PDS*, PMN, PRS, PST, PTR*, PRONA**, PSL, PRP e PMB*	
Mainwaring (2001)		PT, PCdoB, PCB, PSB, PPS	PDT e PSDB	PMDB	PTB, PDC e PP	PL**, PRN*, PFL***, PDS*,	

						PPR*, PPB* e PRONA**	
Rodrigues (2002)		PT e PDT		PMDB e PSDB		PPB* e PFL***	
Ames (2003)		PT, PPS e PSB	PDT e PSDB	PMDB	PTB	PFL*** e PPB*	
Melo (2004)		PT, PCdoB, PPS e PV		PMDB e PSDB		PDC*, PL**, PST*, PSC, PTR*, PMN, PDS*, PRP, PRS*, PPB*, PFL***, PL**, PTB, PP	
Miguel e Machado (2007)	PSTU, PCO e PCB	PT, PCdoB, PSB, PHS e PV	PDT e PPS	PMDB e PSDB		PFL***, PL**, PPB*, PTB, PRN*, Prona**, PRTB, PSC, PSDC,  PTdoB e PTN	
Paranhos (2009)		PT, PCdoB, PSB, PV e PDT		PMDB e PSDB	PTB	PL**, PTdoB e PPB*	PSL, PSDC, DEM, PP e PSC
Power e Zucco Jr. (2009)	PSTU e PSOL	PT, PCB, PCdoB, e PSB	PDT e PPS	PMDB e PSDB	PTB	PR	PDS, PP, PSC e DEM

Fonte: Silva et al. (2013).

\*Não existe mais.

\*\*Fusão PL e PRONA, em 26 de outubro de 2006, para criação do PR (Partido da República).

\*\*\* Em 28 de setembro de 2007 o PFL (Partido da Frente Liberal) deixou de existir por ser substituído pelo DEM (Democratas).

Fica claro a partir de uma simples análise do quadro acima que não existe um consenso por parte dos diversos estudos que abordam o posicionamento ideológico

dos partidos no Brasil. Sendo assim, e cientes que qualquer classificação, é apenas uma simplificação e um recurso metodológico, mas cientes também de que a ideologia ainda é uma variável importante para as análises referentes aos partidos políticos decidimos adotar a classificação proposta por Silva et al. (2014), em que os autores buscaram classificar os partidos com base na maior recorrência por parte de seu posicionamento na literatura.

Baseado na tabela acima, classificamos os partidos políticos numa escala ideológica de sete pontos, onde o ponto 1 representa a *extrema-esquerda* (EE), 2 a esquerda (E), 3 *centro-esquerda* (CE), 4 *centro* (C), 5 *centro-direita* (CD), 6 *direita* (D) e 7 *extrema-direita* (ED).

**Quadro 2. Classificação ideológica em sete pontos dos partidos políticos brasileiros**

EE	E	CE	C	CD	D	ED
PSTU	PCdoB	PDT	PMDB	PTB	PRP	DEM
PSOL	PT	PPS	PSDB	PSD	PR	PP
PCO	PSB				PRB	PSDC
	PV				PMN	PSL
	PHS				PTdoB	PSC
	PCB				PRTB	PFL*
	SD					
					PTN	
					PRN	
					PL	
					PPB	
					PDS	
					PDC	
					PST	
					PRONA	
					PTR	

Fonte: Elaboração dos autor a partir de Silva et al. (2013).

\*PFL, que se transformou no DEM.

Partidos colocados como indefinidos devido a insuficiência de informações e classificações por parte de outros autores: PAN, PGT, PTC, PROS, PEN, PSD, PSN, PEB, PCN, PAS, PS, PROS, PPL, PD.

Utilizaremos nossa classificação para testarmos nossas hipóteses e apreendermos mais informações acerca da lógica coligacionista dos partidos brasileiros no período pós-redemocratização até os dias atuais.

### **3.2 Métodos, técnicas de análise e quadro de variáveis**

Para buscar responder nossa questão de pesquisa partimos da elaboração e posterior análise de um banco de dados construído a partir dos dados disponibilizados pelo site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referente às eleições para governadores entre os anos de 1990 a 2014. O nosso campo amostral abarcará todos os estados brasileiros com o intuito de termos uma melhor compreensão sobre a questão das coligações eleitorais no Brasil durante todo o período democrático pós-constituente.

A metodologia utilizada neste trabalho será uma análise quantitativa com o uso de estatística descritiva, análise de *clusters*, correlação de *Pearson*, teste t e estatística inferencial.

Após a classificação dos partidos conforme nossa escala ideológica e da construção do banco de dados dos pleitos eleitorais entre 1990 e 2014, tratamos de fazer um levantamento da média ideológica de cada coligação e utilizamos para isto o desvio-padrão de cada coligação. Mesmo coligação sendo uma variável categórica, as mesmas são formadas por partidos que baseados em nossa classificação podem ter uma pontuação atribuída a cada um, sendo assim, podemos utilizar medidas de dispersão como o desvio padrão.

A utilização do desvio padrão, que é uma medida de dispersão estatística que mostra o quanto de variação ou dispersão dos dados existe em relação à média, foi utilizado para analisar todas as coligações efetuadas no período investigado.

Para compreendermos como foi realizado o procedimento devemos levar em conta que os partidos foram alocados dentro de um espectro ideológico que passava pelas seguintes posições: 1 *extrema-esquerda* (EE), 2 a esquerda (E), 3 *centro-esquerda* (CE), 4 *centro* (C), 5 *centro-direita* (CD), 6 *direita* (D) e 7 *extrema-direita*

(ED). Pudemos categorizar os partidos dentro de pontuações que variavam entre 1 e 7, através disto pudemos analisar qual o desvio padrão de cada coligação, pois quanto menor o desvio, mais ele nos indica que os dados estão mais próximos da média e, sendo assim, mais ideologicamente homogêneos. Diferentemente, quanto mais alto o valor do desvio padrão, mais ele nos indica que os dados estão espalhados e, sendo assim mais ideologicamente heterogêneos.

Com isto classificamos as coligações em três (3) tipos, segundo as suas semelhanças ideológicas: (1) *Consistentes*: seriam coligações mais semelhantes ideologicamente; (2) *Semiconsistentes*: coligações com nível intermediário de consistência; (3) *Inconsistentes*: baixo nível de semelhança ideológica. Os termos (consistentes, semiconsistentes e inconsistentes), foram escolhidos pela sua recorrente utilização por pesquisadores que trataram sobre os fenômenos das coligações. Entretanto, procuramos dar um apoio metodológico mais apropriado e sofisticado para esta análise.

Para realizar a classificação das coligações nesses três extratos utilizamos a técnica estatística de classificação de análise de cluster (*clusters analysis*) para realizar o agrupamento das coligações, baseando-se na proximidade de seus desvios padrões. Desta forma, foram criados três grupos diferentes de coligações (consistentes, semiconsistentes e inconsistentes). Vale ressaltar aqui, que a análise de *clusters* foi realizada no computo geral dos dados.

Abaixo apresentamos o desenho de pesquisa que norteia este trabalho.

### Quadro 3. Desenho de pesquisa

Questão de pesquisa	O posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros exerce influência na formação de suas coligações?
Objetivo Geral	Identificar a relação entre ideologia e a formação das coligações para as eleições executivas nos estados brasileiros no período (1990-2014).
Hipótese Central	Ideologia partidária exerce um papel secundário sobre a formação das coligações eleitorais.
Amostra	Dados referentes à formação de coligações eleitorais para as eleições executivas estaduais em todos os estados brasileiros durante o período de 1990 a 2014.

Fonte: Elaboração do autor (2017).

Baseados nesta metodologia buscamos responder a seguinte questão: *o posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros exerce influência na formação de suas coligações?*

Além da nossa pergunta central, outras também nortearam o desenvolvimento do trabalho que foram: *Coligar-se traz mais chances de vitória eleitoral? Qual o perfil ideológico que mais se apresenta nas coligações para governador? Qual dos tipos de coligações mais conseguem eleger? Maior quantidade de partidos nas coligações gera maiores chances de sucesso eleitoral?*

### **3.3 Dados da pesquisa, hipótese e método.**

Os dados dessa pesquisa foram coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, referentes às eleições para governadores em todos os estados brasileiros, nos anos de 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. As variáveis presentes no banco de dados foram: ano, cargo, UF (estado), região, partido do candidato a governador, número, nome do candidato, votos nominais, turno da eleição, situação (eleito ou não-eleito), votos válidos (%), candidatura (isolada ou coligada), coligação (composição das mesmas), quantidade de partidos nas coligações, grupos de partidos (divisão da quantidade de partidos nas coligações em 4 grupos, a saber: 1 a 5 partidos, 6 a 10 partidos, 11 a 15 partidos e 16 a 21 partidos), desvio padrão das coligações, perfil ideológico (consistentes, semiconsistentes e inconsistentes) e valor do voto (divisão entre a quantidade de receitas e os votos obtidos pelos candidatos).

Levando em conta toda a discussão presente na literatura sobre nosso objeto de estudo e baseados no objetivo principal dessa pesquisa: identificar a relação entre ideologia e a formação das coligações para as eleições executivas nos estados brasileiros no período (1990-2014), foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1: O lançamento de candidaturas através de coligações é a estratégia mais utilizada pelos partidos políticos na maximização de chances eleitorais;

H2: Grandes e pequenos partidos se coligam na mesma proporção;

H3: Coligações inconsistentes ideologicamente se apresentam como maioria e elegem mais;

H4: Quanto mais partidos presentes na coligação, maiores as chances sucesso eleitoral;

A hipótese 1 foi testada observando as frequências e porcentagens de lançamento de candidaturas ao longo do período analisado. A proposição levantada nessa hipótese é que dada a série de vantagens elencadas por toda a literatura que as coligações oferecem, elas devem ser a maioria absoluta no quesito lançamento de candidaturas, dadas as estratégias racionais observadas pelos partidos políticos.

A hipótese 2 foi testada analisando descritivamente as estratégias de lançamento de candidaturas por parte dos partidos políticos brasileiros, levando-se em consideração o fato de que ambos os tamanhos de partidos se beneficiariam do artifício das coligações.

A hipótese 3 foi formulada apoiada no pressuposto básico de que a ideologia partidária exerce um papel secundário no comportamento coligacionista dos partidos políticos, sendo assim, os partidos iriam prezar por outros fatores na hora de formar as suas alianças e surgiria assim uma maior quantidade de coligações inconsistentes ideologicamente. Além disto, os eleitores não puniriam esse tipo de aliança e elas tenderiam a se tornar o tipo mais vitorioso.

A hipótese 4 foi formulada observando o número de partidos dentro das coligações, ou seja, um grandenúmero de partidos exerce uma relação positiva com as chances de sucesso desses candidatos? Existe relação entre essa variável e o tamanho da coligação?

Para analisarmos essas hipóteses, as variáveis foram operacionalizadas da seguinte forma.

**Quadro 4. Variáveis do trabalho**

Variáveis Dependentes – VD	Coligação (Perfil da coligação); Sucesso (eleito ou não eleito);
Variáveis Independentes – VIs	Posicionamento ideológico dos partidos; Partidos dos candidatos a governador: Perfil da candidatura (se o candidato concorreu

	coligado ou isolado); Votos nominais; Votos válidos %; Quantidade de partidos que formaram as coligações; O total de governadores eleitos pelas coligações; O total de votos obtidos pelas coligações.
--	---

Fonte: Elaboração do autor (2017).

A metodologia aplicada nesta pesquisa foi a análise exploratória dos dados, mediante técnicas gráficas e quantitativas (como tabelas com frequência, percentual, etc).

Após a análise descritiva as variáveis foram testadas estatisticamente com os testes de correlação entre as variáveis no qual, por meio do coeficiente de correlação pode ser obtido o relacionamento linear entre as variáveis em estudo, porém, não implica na causalidade entre elas.

Nosso objetivo principal foi: identificar a relação entre a ideologia e a formação das coligações para o executivo estadual no Brasil no período (1994-2014).

A seguir apresentamos os objetivos específicos do trabalho, que foram:

O1: Verificar qual tipo de candidatura é mais utilizada nas eleições para os governos estaduais;

O2: Caracterizar as coligações conforme o nível de consistência (consistente, semiconsistente e inconsistente);

O3: Identificar qual dos tipos de coligação elegem mais candidatos;

O4: Verificar a relação entre quantidade de partidos na coligação e chances de vitória eleitoral e quantidade de votos.

O5: Verificar o nível de consistência das coligações dos partidos situados nos extremos do espectro ideológico.

Nossa principal hipótese central se baseia na perspectiva de Downs (1999), quanto maiores as alianças políticas, maior a maximização de ganhos. Os partidos políticos se posicionam com a intenção de conseguir o maior número de votos e vantagens. Esta perspectiva também é adotada pela maior parte da literatura nacional que vê como objetivo principal das coligações a ampliação das chances eleitorais de conseguir êxito no pleito (SANTOS, 1987; FIGUEIREDO, 1994; NICOLAU, 1994).

Sendo assim nosso pressuposto é que as coligações são importantes instrumentos para conseguir um maior número de votos e um meio eficaz de ter acesso à máquina estatal. Além disso o eixo ideológico (extrema-esquerda, extrema-direita) não seria o principal fator decisivo na escolha dos partidos para a formação de coligações, considerando as arenas subnacionais.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS: COLIGAÇÕES ELEITORAIS NA ARENA SUBNACIONAL

### 4.1 Padrões gerais e por regiões das candidaturas

Nesta primeira parte da análise dos resultados vamos observar quais os padrões gerais das candidaturas. Analisamos os resultados estatísticos referentes às candidaturas lançadas para as disputas para governador em todos os estados da federação nos pleitos de 1990 a 2014.

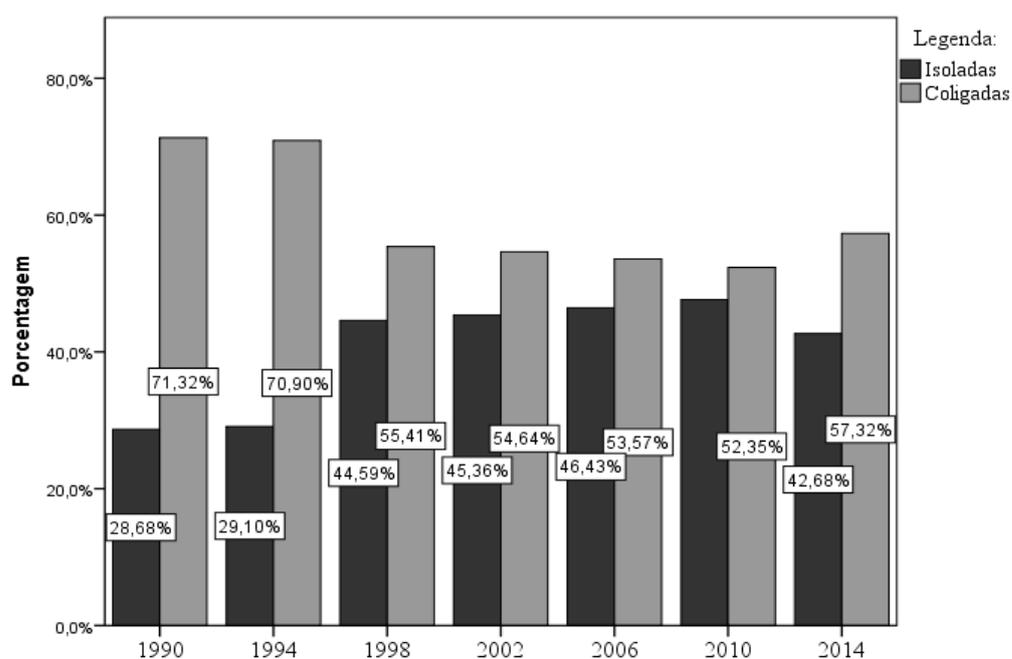
Dentre as disputas analisadas, tivemos um universo de 1114 casos, onde 58,5% das candidaturas se deram através da utilização de coligações e 41,5% de candidaturas isoladas. Neste primeiro ponto podemos notar claramente que a estratégia de lançar candidaturas coligadas para a eleição de governador tem se mostrado predominante neste conjunto de anos observados, visto seu maior percentual percebido, entretanto, não podemos desconsiderar que as candidaturas isoladas apareceram com um bom índice de lançamentos, mostrando que mesmo não sendo a regra, os partidos ainda se utilizam bastante dessa estratégia. A tabela abaixo ilustra essa descrição.

		<b>Tabela 1.</b>	
<b>Tipos de</b>	<b>Total e tipos de candidaturas</b>		
		Frequência	Porcentual
	Coligada	652	58,5%
	Isolada	462	41,5%
	<b>TOTAL</b>	<b>1114</b>	<b>100,00%</b>

**candidaturas (1990-2014)**

Além disto, podemos desagregar os dados e observar como aconteceu o lançamento de candidaturas por ano específico. A respeito disto podemos notar um aspecto importante que é o fato de que nas eleições de 1990 e 1994, período imediatamente posterior à redemocratização do país, a porcentagem de candidaturas coligadas chegou a patamares superiores a 70% em ambos os anos (71,3% em 1990 e 70,9% em 1994). A partir de 1998 podemos identificar um aumento no número de candidaturas isoladas ou redução no número de candidaturas coligadas, chegando a patamares bem próximos a 55% coligadas e 45% isoladas, perfil este que se mantém nas eleições seguintes de 2002 e 2006. Em 2010, verificamos um número bem próximo entre os dois tipos de lançamentos de candidaturas, ficando as coligadas com 52,35% e as isoladas com 47,65%. Em 2014, ano eleitoral do último pleito para governador percebemos novamente um aumento das candidaturas coligadas, cerca de 57,3% dos casos contra 42,7% de isoladas. O gráfico abaixo sumariza os dados.

**Gráfico 1. Tipo de candidaturas por anos (1990-2014)**



Fonte: Elaboração do autor (2017).

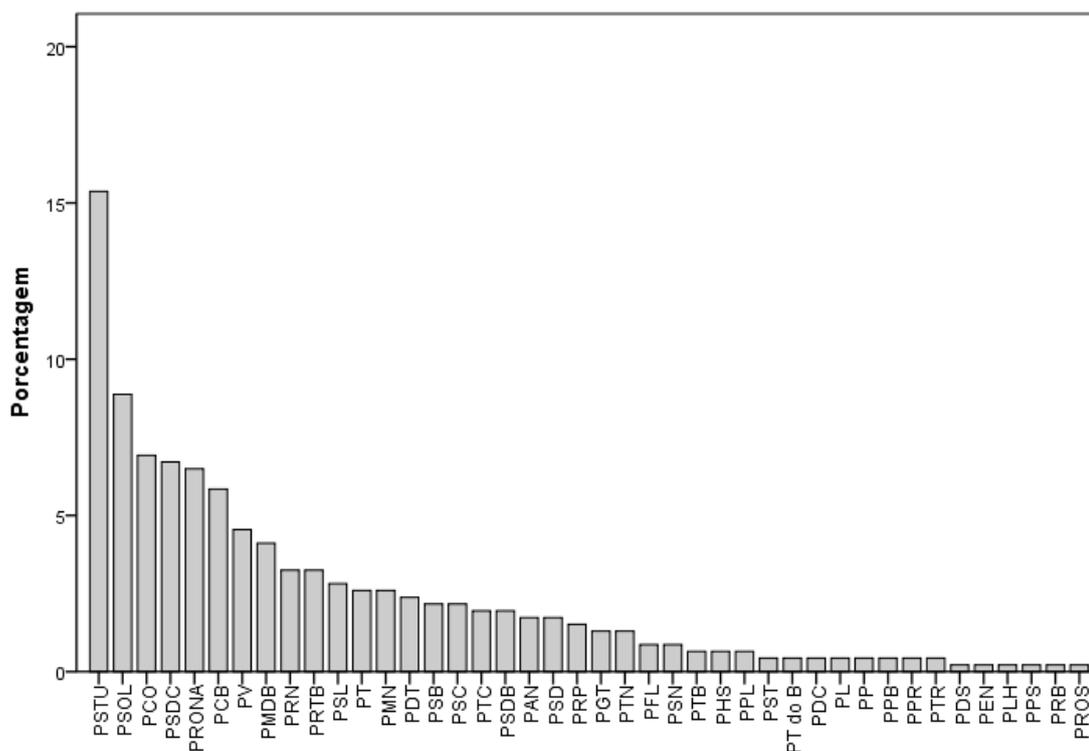
Também buscamos verificar no que diz respeito aos partidos políticos quais se utilizaram neste período mais de cada uma das estratégias (candidaturas

isoladas ou coligadas). No gráfico abaixo resumimos como foi a participação dos partidos políticos em lançar candidaturas isoladas.

Podemos observar que no tocante ao total de 462 candidaturas isoladas para governador em todo o período analisado de 1990 a 2014, os partidos que mais se notabilizaram por lançar mão desse tipo de estratégia foram o PSTU com cerca de 15,4% do total, PSOL com 8,9%, PCO com 6,9%, PSDC com 6,7%, PRONA com 6,5% e PCB com 5,8%. É importante percebermos que esses seis partidos que mais se utilizaram em lançar candidaturas isoladas representam mais de 50% do total de candidaturas desse tipo.

Ao analisarmos os partidos presentes nessa lista os dados nos mostram que o ato de lançar candidaturas isoladas obteve um índice agregado considerável (41,5%), mas que em sua maioria essa estratégia representa a ação de partidos considerados pela literatura como fracos na arena eleitoral e que na maioria dos casos se encontram nos extremos no que se refere ao posicionamento ideológico. Exemplo disto é o fato de que não vemos no gráfico das candidaturas isoladas, com exceção do PMDB que teve 4,1%, nenhum dos outros partidos tidos pela literatura como grandes com um índice maior que 2% de lançamento de candidatos isolados para a disputa dos governos estaduais.

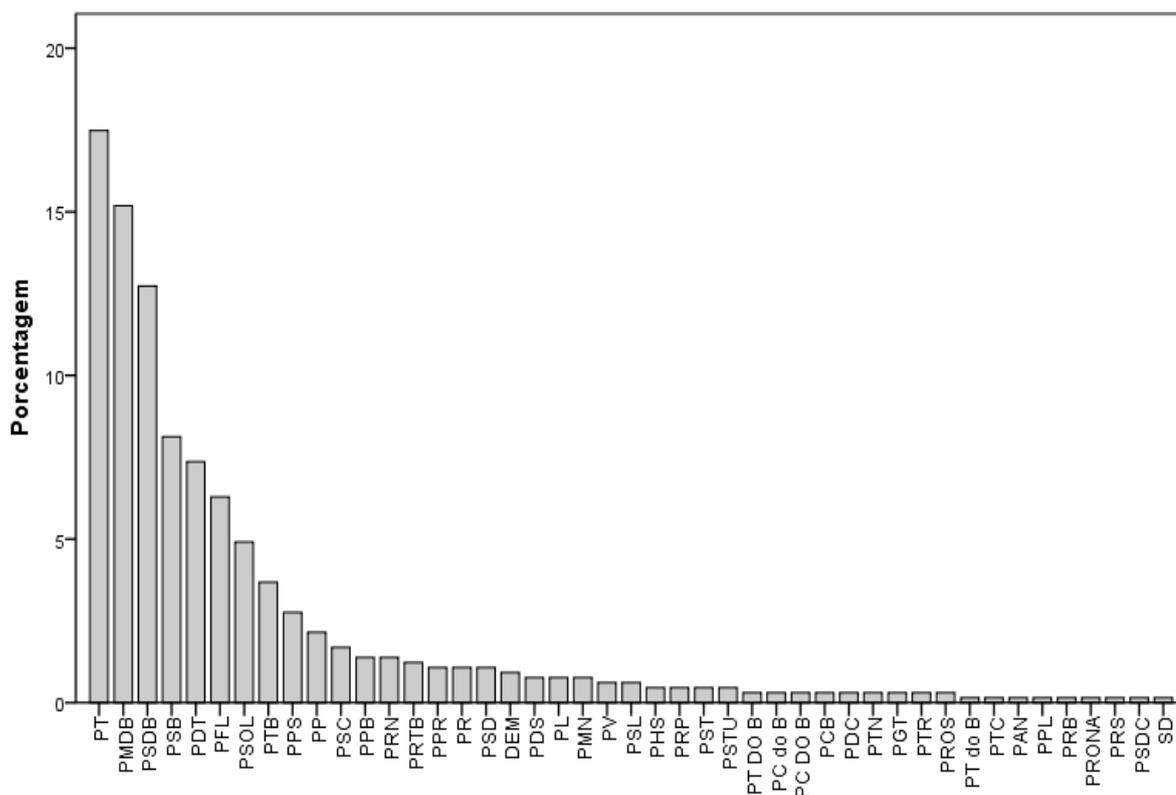
**Gráfico 2. Partidos x Lançamento de candidaturas isoladas como porcentagem do total de candidaturas da amostra**



Fonte: Elaboração do autor (2017).

A seguir, apresentamos o gráfico referente ao lançamento de candidaturas através de coligações para cada um dos partidos. Nele podemos observar que os maiores utilizadores da estratégia de se coligar foram o PT, PMDB, PSDB, PSB, PDT e PFL (DEM), com respectivamente 17,5%, 15,2%, 12,7%, 8,1%, 7,4% e 6,3%. Interessante notar que os maiores usuários dessa estratégia são o PT, PMDB e PSDB que polarizam também as disputas para o executivo nacional e que juntos correspondem a mais de 45% do total de candidaturas coligadas. Todos esses partidos fazem parte do grupo dos que são considerados grandes partidos brasileiros, o que mostra uma preferência declarada em se coligar com outros partidos na hora de lançar candidatura para os governos estaduais.

**Gráfico 3. Candidaturas coligadas por partidos como porcentagem do total de candidaturas da amostra**



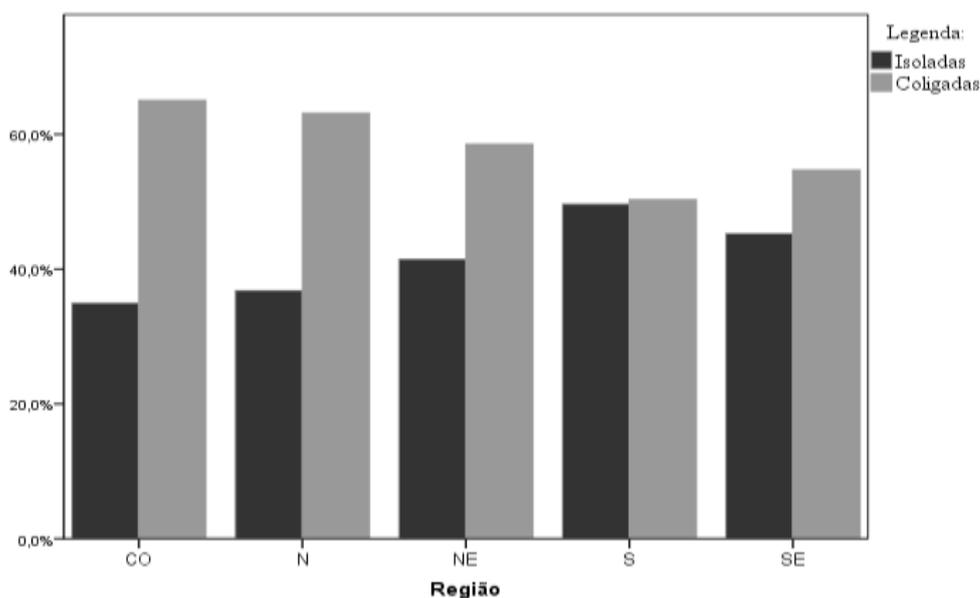
Fonte: Elaboração do autor (2017).

Os possíveis motivos para adoção de tal estratégia são inúmeros, entre eles alguns que podemos citar são: possibilidade de ter uma base aliada forte na assembleia legislativa caso se consagrem vitoriosos, possibilidade de obtenção de maiores recursos financeiros para a campanha, mais tempo na TV para os programas de governo, entre outros.

Depois de apresentada a estatística por ano eleitoral, faremos a análise por região do país. Com os dados agrupados, podemos perceber algumas peculiaridades, pois em relação à análise geral podemos identificar rapidamente que nas regiões Centro-oeste e Norte o lançamento de candidaturas coligadas atinge patamares altos, chegando a 65% e 63%, respectivamente, ou seja, podemos notar que nos dados agregados existiu uma predominância facilmente identificada pelo lançamento de candidaturas coligadas. No Nordeste e Sudeste esta predominância ainda se mantém, com índices de 58,5% e 54,7%, respectivamente. No mais, quando analisamos a região Sul vemos uma diferença em relação ao padrão identificado nas outras regiões, e também em relação ao padrão geral, pois as candidaturas isoladas apresentaram-se com 49,7% e as coligadas com 50,3%,

índices bastante próximos, desta forma, vemos que no Sul aconteceu uma disputa mais acirrada o que nos mostra que os Estados pertencentes à região Sul acabaram se diferenciando do padrão encontrado no restante do país. Sendo assim, a regra que se mostrou em quase todas as regiões e quando analisamos os dados agrupados foi que as candidaturas coligadas se mostram sem dúvidas como a maioria dos casos, aparecendo como desvio para esse padrão a região Sul, que apresentou índices quase empatados de candidaturas isoladas e coligadas no agregado dos dados entre 1990 a 2014.

**Gráfico 4. Tipo de candidatura por Regiões da Federação**

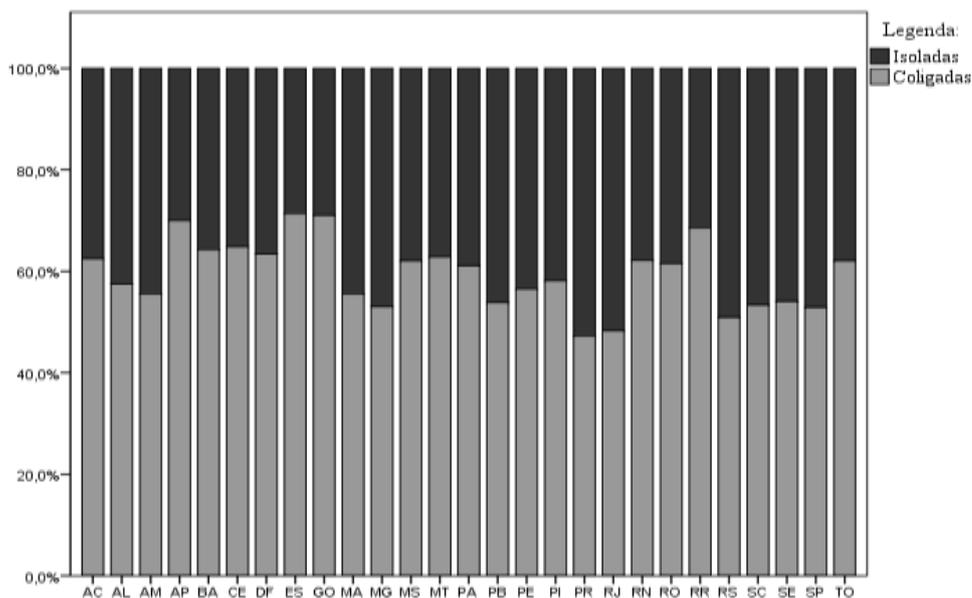


Fonte: Elaboração do autor (2017).

Abaixo vemos os dados por estado da federação. Podemos observar que Espírito Santo, Goiás, Roraima e Amapá apresentam os maiores índices de candidaturas coligadas, enquanto na contramão estão Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com os maiores índices de lançamento de candidaturas isoladas

pelos partidos políticos. Além disto, pode-se perceber a variação dos índices entre todos os estados brasileiros.

**Gráfico 5. Tipo de candidatura por estados da federação**

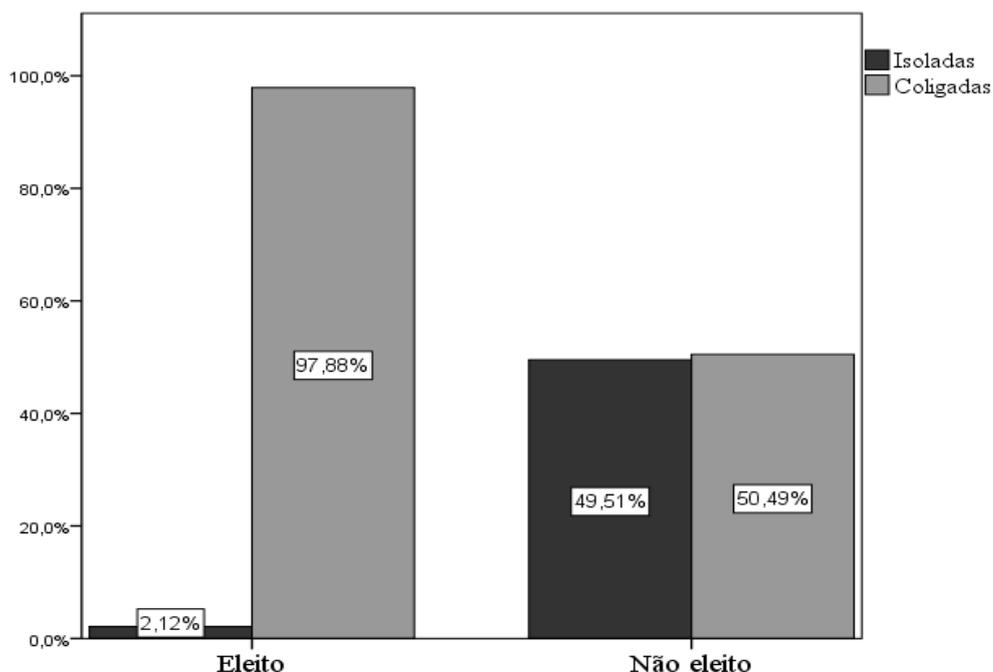


Fonte: Elaboração do autor (2017)

Com isso logo nos surge o interesse de investigar quais dos dois tipos de candidatura mais se mostra vitorioso nas disputas eleitorais. A seguir analisamos a taxa de sucesso das candidaturas coligadas e isoladas.

Os gráficos abaixo retratam os resultados, nos quais chama atenção o fato de que 97,88% dos candidatos que conseguiram se eleger para governador no Brasil, em todo o período analisado estavam participando da eleição através de uma coligação com demais partidos. Apenas 2,12% (que correspondem a apenas 4 candidaturas) conseguiram êxito disputando isoladamente através apenas de seu partido político. Isso sugere que os partidos que mais se utilizam da estratégia de disputar isoladamente as eleições para governador são na maioria das vezes, partidos eleitoralmente fracos que possivelmente lançam candidaturas, mesmo sabendo das diminutas chances de vitórias, pois possuem estratégias diferenciadas a respeito da candidatura, como afirmação de sua imagem ou construção de uma bandeira de defesa.

**Gráfico 6. Taxa de sucesso eleitoral por tipo de candidatura 1990 a 2014 (%)**



Fonte: Elaboração do autor (2017).

Sendo assim, no que diz respeito à taxa de sucesso das candidaturas, os dados analisados mostram que um número ínfimo de candidaturas isoladas conseguiu obter êxito nas eleições em todo o grande período analisado, que corresponde a 7 eleições (1990- 2014). Isso sugere que não é uma boa estratégia entrar nas disputas para governador concorrendo de forma isolada, visto todo o histórico negativo referente ao sucesso eleitoral das mesmas. Ou seja, a prática de lançar candidaturas de forma isolada ainda se apresenta em números razoáveis, principalmente, como mencionei anteriormente por partidos menores (eleitoralmente falando), e situados mais nos extremos do espectro ideológico, porém, o índice de vitórias desses tipos de candidaturas entre todos os Estados e período analisados chega apenas a 2% dos eleitos.

No quadro abaixo podemos ver os índices de vitória por tipo de candidatura e ano.

#### **Quadro 5. Comparativo dos perfis de candidatura x sucesso (1990-2014)**

Eleições 1990		Eleições 1994		Eleições 1998		Eleições 2002	
Coligada	Isolada	Coligada	Isolada	Coligada	Isolada	Coligada	Isolada
71,3%	28,7%	70,9%	29,1%	55,4%	44,6%	54,6%	45,4%
Eleitos	Eleitos	Eleitos	Eleitos	Eleitos	Eleitos	Eleitos	Eleitos
100%	0%	100%	0%	97%	3%	97,7%	2,3%
Eleições 2006		Eleições 2010		Eleições 2014			
Coligada	Isolada	Coligada	Isolada	Coligada	Isolada		
53,6%	46,4%	52,3%	47,7%	57,3%	42,7%		
Eleitos	Eleitos	Eleitos	Eleitos	Eleitos	Eleitos		
100%	0%	100%	0%	100%	0%		

Fonte: Elaboração do autor (2017).

Interessante observar que esses únicos casos em que candidatos se elegeram sem a utilização das coligações, dizem respeito às eleições de José de Abreu Bianco do PFL em Rondônia em 1998 e no mesmo estado a eleição de Ivo Orcírio do PMDB em 2002. Ademais os outros dois casos se referem à candidatura vitoriosa de José Orcírio pelo PT em Mato Grosso do Sul em 1998 e Roberto Requião do PMDB no Paraná que conseguiu a vitória concorrendo isoladamente em 2002.

Dessa forma, o comparativo do perfil das candidaturas no período analisado mostra que houve predominância na estratégia de lançar candidaturas coligadas, independente da região observada, ou dos estados, o que parece ratificar as pesquisas consolidadas acerca da racionalidade dos partidos, que buscam maximizar seus ganhos e minimizarem as perdas ao decidirem concorrer coligados.

Sendo assim nossa hipótese de que o lançamento de candidaturas através de coligações é a estratégia mais utilizada foi corroborada.

## 4.2 Resultados por partidos

Nesta seção iremos analisar como se deu o desempenho dos partidos políticos ao longo dos anos observados no tocante as eleições para governador. A tabela abaixo mostra quais partidos conseguiram eleger candidatos.

**Tabela 2. Partidos e quantidade de candidatos eleitos aos executivos estaduais (1990-2014)**

Partido		Situação	
		Eleito	Não eleito
		N	N
PMDB		43	75
PSDB		40	52
DEM*		25	26
PT		24	102
PSB		20	43
PDT		12	47
PPS		4	15
PPR		3	6
PTB		3	24
PP		2	14
PPB		2	9
PSD		2	13
PTR		2	2
PC DO B		1	1
PDS		1	5
PMN		1	16
PROS		1	2
PRS		1	0
PSC		1	20
PSL		1	16

TOTAL	189	488
-------	-----	-----

Fonte: Elaboração do autor (2017).

\*Os dados do DEM estão agregados com a sua antiga sigla PFL.

A tabela acima nos mostra que durante nossa série temporal os partidos que mais elegeram governadores no Brasil foram: PMDB, PSDB, DEM, PT, PSB e PDT. Com respectivamente, 43, 40, 25, 24, 20 e 12 candidatos eleitos. Juntos esses partidos elegeram 164 de um total de 189 candidatos eleitos, o que representa um percentual altíssimo de 86,77% dos eleitos. Isso nos mostra que as disputas para governadores nos estados brasileiros estiveram concentradas em torno desses seis principais partidos. Os demais partidos que conseguiram eleger candidatos ao executivo estadual são em número reduzido, não passando de 4 candidatos eleitos durante todas as sete eleições analisadas.

Podemos notar também o forte desempenho do PMDB, que mesmo durante todo esse período não tendo eleito nenhum candidato próprio para a presidência do país, atuando sempre em coligações ou coalizões de governo junto a outros partidos, no que diz respeito a esfera subnacional conseguiu um desempenho fortíssimo. Estes dados reforçam as colocações de grande parte da literatura que colocam essas seis siglas como os maiores e mais importantes partidos brasileiros, quando se analisa o seu poder eleitoral.

Entretanto, cabe investigarmos qual a taxa de sucesso dos partidos políticos em conseguir eleger seus candidatos. Na tabela 3 apresentamos quais são esses índices.

**Tabela 3. Taxa de sucesso dos partidos (1990-2014)**

Partidos	Situação		
	Eleito	Não eleito	Total
<b>PRS</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
	<b>100,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>100,0%</b>

<b>DEM</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>51</b>
	<b>49%</b>	<b>51%</b>	<b>100,0%</b>
PC DO B	1	1	2
	50,0%	50,0%	100,0%
PTR	2	2	4
	50,0%	50,0%	100,0%
<b>PSDB</b>	<b>40</b>	<b>52</b>	<b>92</b>
	<b>43,5%</b>	<b>56,5%</b>	<b>100,0%</b>
<b>PMDB</b>	<b>43</b>	<b>75</b>	<b>118</b>
	<b>36,4%</b>	<b>63,6%</b>	<b>100,0%</b>
PPR	3	6	9
	33,3%	66,7%	100,0%
PROS	1	2	3
	33,3%	66,7%	100,0%
PSB	20	43	63
	31,7%	68,3%	100,0%
PPS	4	15	19
	21,1%	78,9%	100,0%
PDT	12	47	59
	20,3%	79,7%	100,0%
<b>PT</b>	<b>24</b>	<b>102</b>	<b>126</b>
	<b>19,0%</b>	<b>81,0%</b>	<b>100,0%</b>
PPB	2	9	11
	18,2%	81,8%	100,0%
PDS	1	5	6
	16,7%	83,3%	100,0%
PSD	2	13	15
	13,3%	86,7%	100,0%

PP	2	14	16
	12,5%	87,5%	100,0%
PTB	3	24	27
	11,1%	88,9%	100,0%
PSL	1	16	17
	5,9%	94,1%	100,0%
PMN	1	16	17
	5,9%	94,1%	100,0%
PSC	1	20	21
	4,8%	95,2%	100,0%
<b>Total</b>	<b>189</b>	<b>925</b>	<b>1114</b>
	<b>17,0%</b>	<b>83,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração do autor (2017).

Observando a tabela acima, podemos perceber que existe uma variação na ordem dos partidos quando analisamos a taxa de sucesso dos mesmos, a exemplo disto temos o caso do PT, que mesmo sendo um dos partidos que mais elegeu governadores ( 24), possui uma taxa de sucesso relativamente baixa, cerca de 19%, visto que, ao mesmo no computo geral lançou 126 candidatos a governadores.

Dentre todos os partidos o único que conseguiu 100% de sucesso foi o PRS, entretanto, vale ressaltarmos que o mesmo lançou apenas uma candidatura, saindo-se a mesma vitoriosa. Dentre os partidos grandes, o caso do DEM é bem peculiar, visto que o mesmo foi o que conseguiu maior taxa de sucesso, pois 49% de suas candidaturas conseguiram lograr êxito eleitoral. Logo após o DEM, no âmbito dos grandes partidos, encontramos o PSDB, com 43,5% e o PMDB com 36,4% de sucesso.

Alguns outros partidos que se encontram com índices elevados de sucesso eleitoral, na casa de 50%, como PC do B, e PTR, devem ter seus índices relativizados, dada a quantidade pequena de candidaturas que lançaram, mesmo

assim, é inegável que obtiveram sucesso quando lograram a disputa dos executivos estaduais.

No outro lado da moeda, vale analisarmos quais partidos não obtiveram sucesso nenhum com suas candidaturas para governador no período de 1990 a 2014. A tabela 4 resume esses casos.

**Tabela 4. Partidos que lançaram candidaturas sem sucesso (1990-2014)**

Partidos	Situação	
	Eleito	Não eleito
	N	N
PAN	0	9
PCB	0	29
PCO	0	32
PDC	0	4
PEN	0	1
PGT	0	8
PHS	0	6
PL	0	7
PLH	0	1
PPL	0	4
PR	0	7
PRB	0	2
PRN	0	24
PRONA	0	31
PRP	0	10
PRTB	0	23
PSDC	0	32
PSN	0	4
PSOL	0	73

PST	0	5
PSTU	0	74
PT do B	0	5
PTC	0	10
PTN	0	8
PV	0	25
SD	0	1

Fonte: Elaboração do autor (2017).

Os dados acima nos mostram que alguns partidos tiveram alta quantidade de candidaturas, mas sem nenhum êxito eleitoral. Entre os maiores casos, temos o PSTU, que lançou 74 candidaturas, logo em seguida o PSOL, com 73, PSDC com 32, PCO, também com 32, PRONA, com 31 e PCB, com 29.

Entre todos esses partidos, um aspecto em especial pode ser ressaltado que é comum a todos, que é o fato de que todos são comumente categorizados e por nós também como sendo partidos que ocupam posições nos extremos na escala de posicionamento ideológico.

### 4.3 Perfis e tendências gerais das coligações

Nesta seção pretendemos responder a questão central de nossa pesquisa, que é: O posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros exerce influência na formação de suas coligações? Essa questão em especial diz respeito à formação das coligações e qual os perfis ideológicos destas coligações. Em outras palavras, trata-se de saber se nas eleições majoritárias para governadores, a questão ideológica foi um fator preponderante para a formação das coligações, observando para isto qual a configuração dessas alianças no que diz respeito à proximidade ideológica. Ademais, outras perguntas secundárias serão analisadas nesta seção, como qual perfil de coligação mais consegue êxito eleitoral, observando para isto fatores como região, estado e anos em análise.

Quanto ao perfil ideológico das coligações, decidimos utilizar a mesma nomenclatura utilizada pela maioria da literatura especializada no assunto e que foi cunhada por Schmitt (1999), a qual prevê três tipos de coligações: (1) consistentes; (2) semiconsistentes e (3) inconsistentes.

Para realizar o agrupamento das coligações em cada um destes três grupos mencionados acima utilizamos a técnica estatística de análise de *clusters*. Com essa técnica foi realizada formação de três *clusters* (grupos), gerados a partir da semelhança dos desvios padrões de cada coligação. Sendo assim, no “*cluster 1*” temos as coligações mais “consistentes” ideologicamente, aquelas cujos desvios padrões chegaram mais próximos a zero (0,0), o que implica uma maior consistência entre os partidos presentes na coligação. No “*cluster 2*” temos um grupo intermediário, o qual chamamos de “semiconsistentes”. Neste grupo tem-se aquelas coligações que se encontram num nível intermediário quanto a seus desvios padrões, ou seja, nem se encontram no extremo da consistência, nem no outro extremo, mais próximo da inconsistência total. No “*cluster 3*” temos as coligações cujos desvios padrões se mostraram mais altos, o que significa que os partidos presentes em seu interior são bem distintos ideologicamente.

Vale ressaltar que a formação dos *clusters* foi baseada no conjunto dos dados eleitorais analisados (1990 a 2014). Abaixo, nas tabelas 3 e 4 podemos observar como ficou a formação de cada um dos *clusters*.

**Tabela 5. Classificação ideológica das coligações a partir da formação de clusters**

	Cluster			TOTAL
	1	2	3	
Quantidade de clusters	1	2	3	
Desvio padrão	,000	1,247	2,500	
Números de casos	183	342	127	652

Fonte: Elaboração do autor (2017).

O cluster 1 (coligações consistentes), foi formado como podemos ver acima

pelas coligações que tiveram desvio-padrões entre ,000 até 1,247, contendo 183 casos. No cluster 2 (coligações semiconsistentes), se encontram o grupo intermediário de casos, em que os desvios padrões variaram de 1,247 até 2,500. Por fim, terceiro cluster (coligações inconsistentes) ficaram as coligações com desvios padrões acima de 2,500.

**Tabela 6. ANOVA**

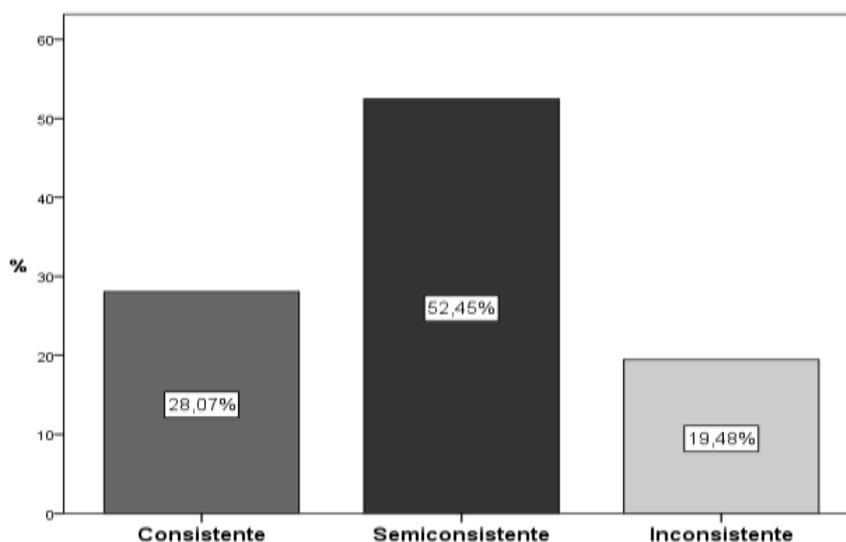
ANOVA						
	Cluster		Erro		Z	Sig.
	Quadrado Médio	Df	Quadrado Médio	df		
Desvio_padrão	129,258	2	,086	649	1501,721	,000

Fonte: Elaboração do autor (2017).

Acima podemos conferir a tabela ANOVA da classificação dos clusters que mostram um p-valor<0,000, o que nos mostra que as diferenças entre os grupos é algo real e significativo.

Partindo para a nossa análise acerca do perfil ideológico das coligações para as disputas nas eleições de governador, apresentamos no gráfico 7 qual dos grupos de coligações mais lançou candidatos.

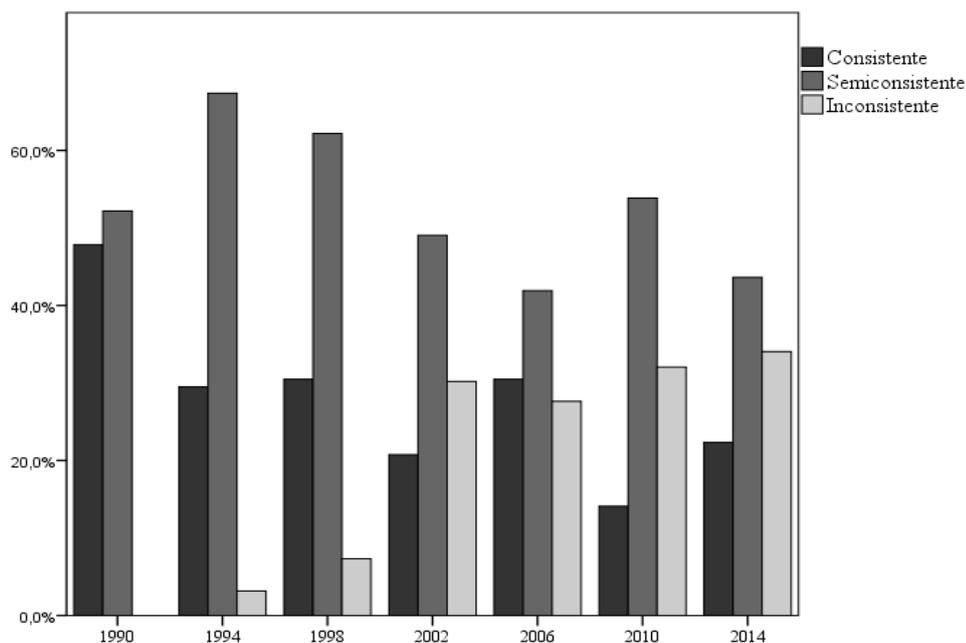
**Gráfico 7. Perfil das candidaturas coligadas (1990-2014)**



Fonte: Elaboração do autor (2017).

Em relação ao perfil das candidaturas coligadas, foi verificado que no tocante à totalidade dos dados analisados, as coligações consistentes representaram 28% dos casos, as semiconsistentes 52,4% e as inconsistentes 19,5%. Esses dados mostram um aspecto bastante importante, visto que, vai em direção contrária ao que grande parte dos estudiosos sobre o assunto afirmam, pois segundo nossa metodologia pudemos observar que o tipo de coligação que mais acontece entre os partidos brasileiros é o das semiconsistentes com mais de 50% dos casos. O segundo mais recorrente é o das consistentes com uma porcentagem de 28% e as inconsistentes ideologicamente aparecem com apenas 19,48%. Isso nos mostra que ao analisarmos a fundo a formação das coligações no Brasil podemos identificar que elas não são tão inconsistentes como pensado de antemão, mas também não podemos afirmar que as coligações se apresentam como consistentes ideologicamente. Os dados mostram uma concentração na faixa intermediária, a qual denominamos como semiconsistentes.

Abaixo analisamos como se dá essa distribuição por anos. Em 1990, é importante observar que não foram contabilizadas coligações do tipo inconsistentes, e as do tipo semiconsistentes foram maioria com 52%, contra 48% das consistentes. Em 1994 houve uma redução das coligações consistentes, e aumento considerável das semiconsistentes que chegaram a 67,3%, e pela primeira vez houve o aparecimento de coligações inconsistentes, que representaram 3,1%. Em 1998, seguiu-se sem muitas alterações o panorama visto em 1994, com um pequeno aumento das coligações inconsistentes que chegaram ao percentual de 7,3%. Em 2002, percebe-se um aumento significativo das coligações inconsistentes, evoluindo de 7% em 1998 para 30% em 2002. Também se percebeu uma diminuição do índice de coligações consistentes, que foram para 20,7%.

**Gráfico 8. Perfil das candidaturas coligadas por ano.**

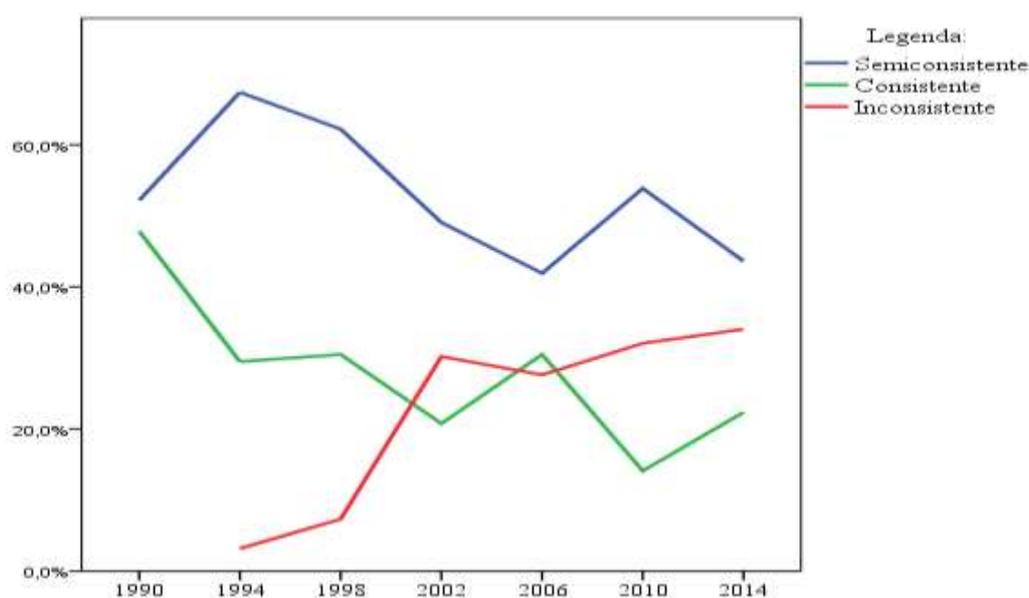
Fonte: Elaboração do autor (2017).

Através do gráfico de linhas abaixo podemos notar facilmente como se deu esse padrão de mudanças no que diz respeito aos tipos de coligações. É notório que de 1998 para 2002 houve um aumento grande das coligações inconsistentes. De 2002 a 2014 as coligações inconsistentes passam por uma leve redução em 2006, mas continuam crescendo num ritmo menor até 2014. Concomitantemente podemos notar através da linha que representa as coligações do tipo consistentes que a mesma sofreu um processo de redução considerável que tem início em 1994 e vai até 2002, com um leve aumento nas eleições de 2006, mas que volta a declinar em 2010 e 2014. Com isso podemos identificar que os partidos políticos vêm cada vez mais formando alianças semiconsistentes ou inconsistentes ideologicamente nos últimos pleitos eleitorais.

O único momento destoante desse quadro de declínio das coligações consistentes aconteceu nas eleições de 2006, mas este aspecto pode estar ligado a outros fatores exógenos, como o caso da verticalização, que foi imposta pelo TSE e que certamente alterou as estratégias de formação de coligações por parte dos partidos políticos brasileiros.

Já as alianças semiconsistentes se mostram o tipo mais presente em todo o período analisado, mesmo que a mesma venha tendo seus índices diminuindo, como é perceptível pela linha de queda, com um pequeno aumento nas eleições de 2010, mas voltando a decair nas eleições de 2014. Mesmo assim, o tipo de coligação semiconsistente tem se mostrado o padrão mais presente nas alianças entre os partidos brasileiros.

**Gráfico 9. Padrão dos perfis das coligações ao longo dos anos**

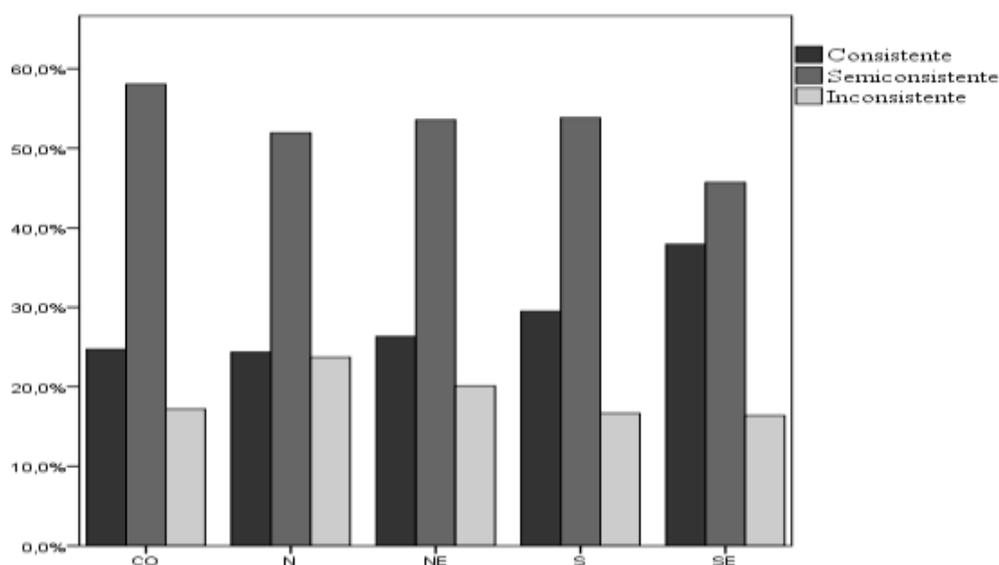


Fonte: Elaboração do autor (2017).

Isso reforça a ideia de que nos últimos anos está havendo um movimento de aumento das coligações ideologicamente inconsistentes, pois ao vermos a junção das semiconsistentes com as inconsistentes percebemos altos índices.

Abaixo desagregamos os números sobre os perfis das coligações analisando como eles se manifestaram dentro das regiões brasileiras.

**Gráfico 10. Perfil das candidaturas coligadas por Região (1990-2014)**



Fonte: Elaboração do autor (2017).

Analisando os perfis das candidaturas coligadas por região do Brasil vemos uma semelhança com a análise total, pois como em todo o agregado as coligações *semiconsistentes* correspondem à maioria em todas as regiões do país com índices superiores a 50% nas regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sul. Apenas na região Sudeste vemos as coligações semiconsistentes representadas com 45,7%, um percentual alto de coligações consistentes (37,9%), com as inconsistentes ficando com 16,3%. As coligações *consistentes* aparecem em 2ª lugar em todas as regiões, sendo acompanhadas de perto apenas na região Norte, onde representaram 24,3% dos casos, pelas inconsistentes que ficaram com 23,7%.

Ou seja, por regiões vemos que houve uma lógica igual àquela apresentada pelos dados agrupados, pois as coligações *semiconsistentes* ideologicamente superaram as consistentes e *inconsistentes* em todas as regiões atingindo números expressivos e ficando sempre na primeira colocação. Já as coligações *inconsistentes*, apresentaram números reduzidos, ficando sempre num patamar abaixo dos 20%, com exceção das regiões Nordeste e Norte, com respectivamente 20,1% e 23,7%.

Em relação à nossa questão de pesquisa que busca identificar se a questão ideológica se mostra como um fator preponderante por parte dos partidos políticos para a formação de coligações eleitorais pudemos identificar que no agregado dos dados houve uma relativa concentração de coligações semiconsistentes. Os dados mostraram que foram as *semiconsistentes* seguidas das *consistentes* que mais lançaram candidaturas. Ao analisarmos por eleições percebemos um nítido movimento de aumento das coligações inconsistentes, e declínio das coligações consistentes. As semiconsistentes também passaram por uma queda, mas ainda se mantém como o grupo com maior índice.

Em relação a nossa hipótese de trabalho nº 1 corroboramos a mesma, visto que o fator ideologia não se mostra de forma preponderante para a formação das coligações pelos partidos políticos, visto que a junção das coligações inconsistentes com as semiconsistentes se mostra a maioria absoluta dos casos. Além do mais, pode-se perceber um padrão de aumento das coligações inconsistentes ao longo dos últimos anos.

A seguir iremos analisar quais os perfis de coligação que mais obtêm sucesso eleitoral.

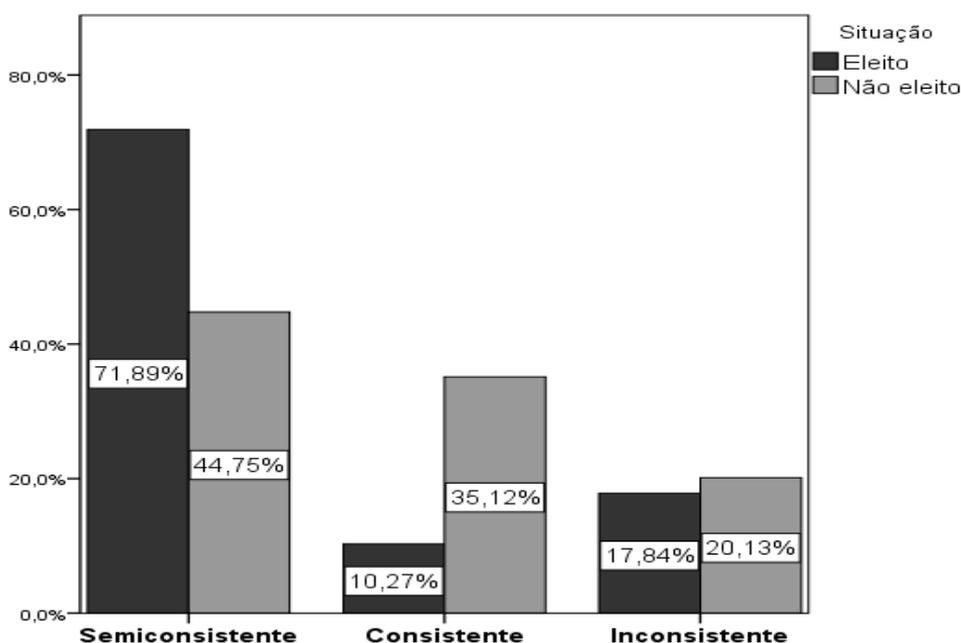
#### **4.4 Eficácia eleitoral dos perfis de coligações**

Abaixo buscaremos analisar e responder uma das perguntas secundárias desse trabalho que era averiguar: *qual o tipo de coligação que mais consegue êxito eleitoral?* Observamos quais destes tipos de coligações obtiveram mais sucesso em todos os pleitos eleitorais e por regiões do Brasil.

No gráfico abaixo temos compilados os dados de “eleitos” e “não eleitos” para o conjunto de todas as sete eleições analisadas. Neste quesito vemos a supremacia das coligações *semiconsistentes*, que como também vimos acima foram as que mais candidaturas lançaram, e também tiveram a maior quantidade de eleitos: 71,89%. Já as *consistentes* só conseguiram eleger 10,24% do total e as inconsistentes correspondendo a 17,84%. Podemos notar um aspecto importante na análise destes dados de que é o fato de que mesmo as coligações consistentes possuindo um índice de lançamento maior do que as inconsistentes em todas as regiões e nos

anos de 1990, 1994, 1998 e 2006, elas conseguiram eleger um número menor de candidatos em comparação às inconsistentes, que vem apresentando um aumento considerável de seus índices de lançamento de candidaturas a partir de 2002.

**Gráfico 11. Taxa de sucesso por perfil das coligações (1990-2014)**



Fonte: Elaboração do autor (2017).

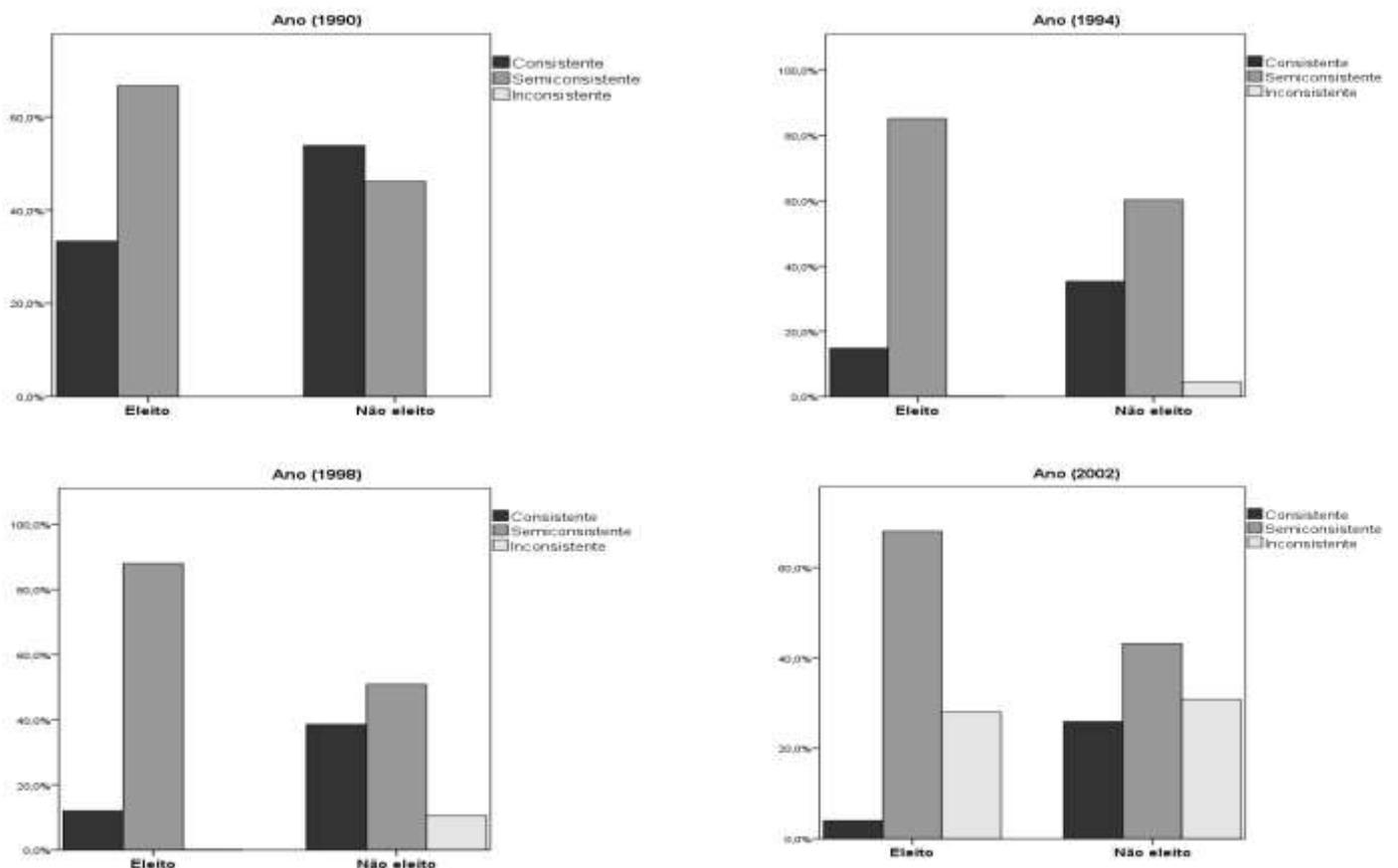
Partimos então para a análise da eficácia dos tipos de coligação buscando identificar padrões ou diferenças entre os perfis de coligações ao longo dos anos investigados.

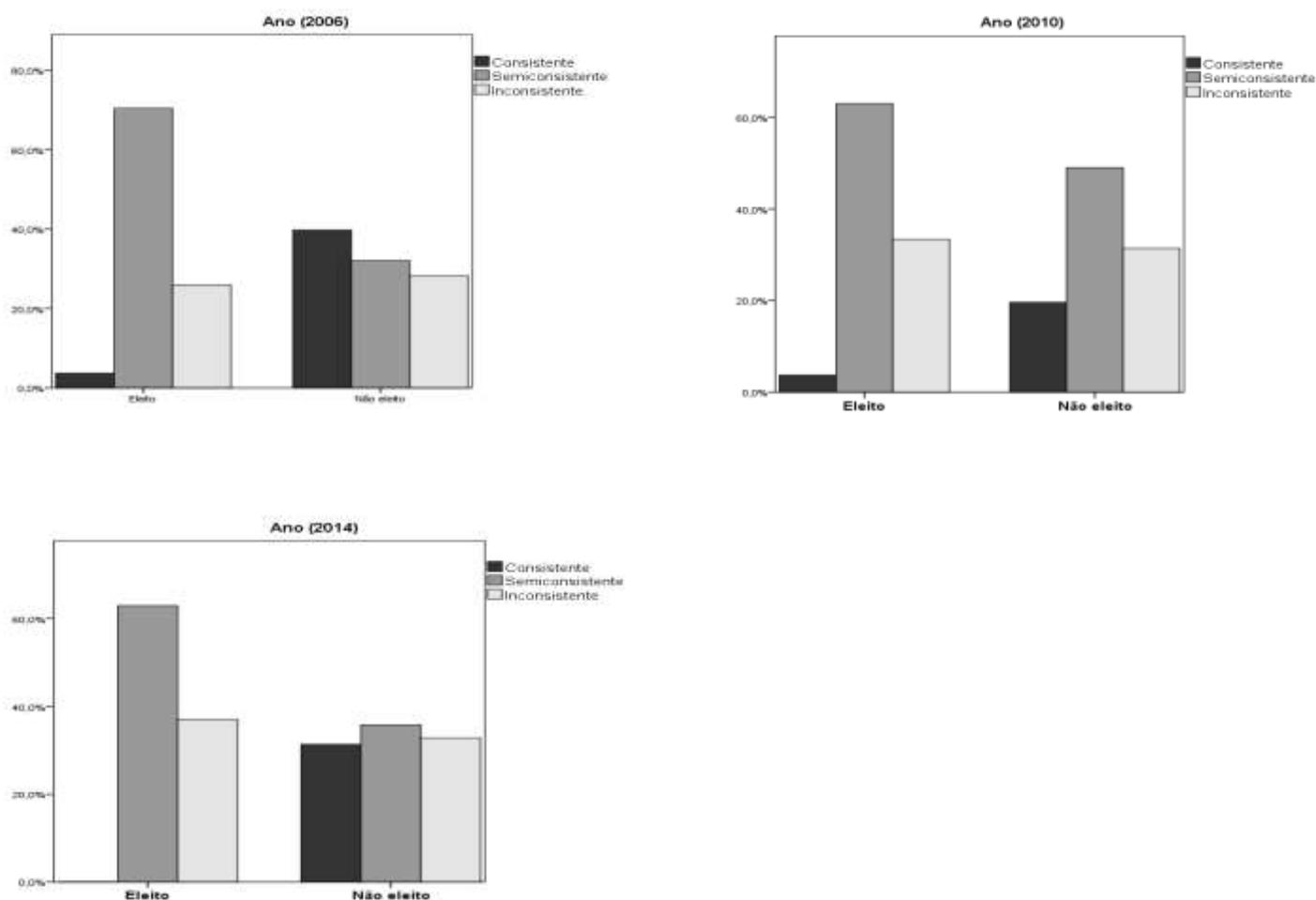
Na figura 1, nós podemos notar que em 1990, o perfil que mais elegeu candidatos foi o das semiconsistentes, ficando as consistentes em segundo lugar. Interessante notarmos que não tivemos o lançamento de nenhuma candidatura que se encaixou no perfil de inconsistente. O que demonstra um apreço por parte dos partidos políticos na hora de elaboração de suas coligações. Em 1994, vemos um predomínio ainda maior das coligações semiconsistentes, que obtiveram 85,2% dos eleitos, enquanto as consistentes ficaram com 14,85%. Nesse pleito tivemos um número ínfimo de coligações inconsistentes (4,4%), mas nenhuma obteve êxito eleitoral. Em 1998, o padrão encontrado na eleição anterior se manteve, com um aumento de sucesso das coligações semiconsistentes, com 88% e redução das

consistentes para 12%, novamente nenhuma das coligações inconsistentes conseguiu ganhar a eleição para os executivos estaduais.

Nas eleições de 2002, podemos identificar uma mudança drástica nos padrões de sucesso dos tipos de coligações, pois as coligações inconsistentes conseguiram atingir 28% das candidaturas eleitas, enquanto isso notamos um declínio no sucesso das coligações consistentes, que se resumiram a 4% das eleitas e redução também no número de coligações semiconsistentes eleitas (68%).

**Figura 1. Sucesso eleitoral por perfil das coligações (1990- 2014)**



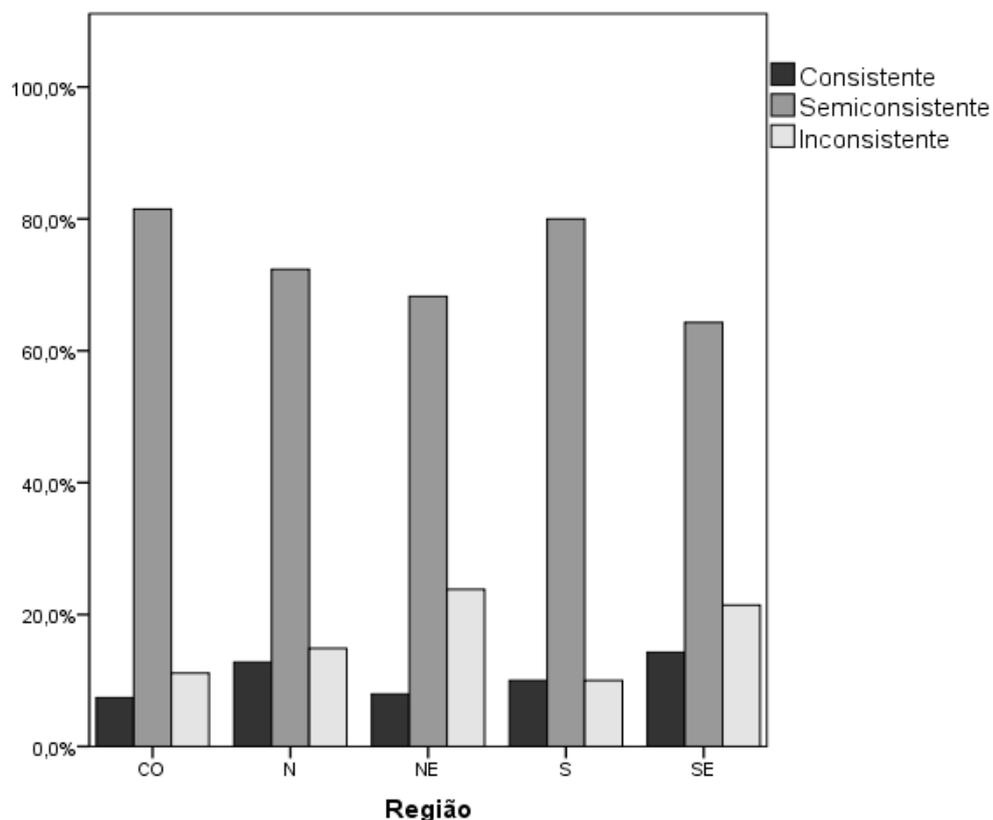


Fonte: Elaboração do autor (2017).

Em 2006, o panorama visto na eleição anterior basicamente se mantém, havendo apenas uma pequena diminuição no índice das inconsistentes, que foi para 25,9%. Em 2010, as inconsistentes sofrem novo aumento chegando a 33,3% de sucesso, as semiconsistentes continuam liderando nesse aspecto, porém com 62,9%, enquanto as consistentes se restringem a 3,7%.

Por fim, em nosso último pleito para o executivo estadual em 2014, identificamos outro aumento no índice de sucesso entre as coligações do tipo inconsistentes que chegaram a 38%, ficando as semiconsistentes com 62%. No entanto, vale ressaltar que simplesmente nenhuma das coligações do tipo consistente conseguiu vencer as disputas estaduais das quais participaram.

A seguir apresentamos como se comportam os perfis de coligações quando observamos as regiões do país.

**Gráfico 12. Perfil das coligações por Regiões do Brasil (1990-2014)**

Fonte: Elaboração do autor (2017).

Como podemos ver no agregado dos dados e por região percebemos que as coligações semiconsistentes se mostram as mais vitoriosas em todas as regiões. Interessante observar que as coligações semiconsistentes ocupam o segundo lugar nas regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Sudeste, ficando empatadas com as coligações consistentes na região Sul, com 10%.

Os dados não corroboram em totalidade uma de nossas hipóteses que indicava que as coligações inconsistentes seriam as mais vitoriosas, cabendo esse posto às coligações semiconsistentes.

Importante identificarmos como se dá o comportamento dos partidos políticos brasileiros quanto ao perfil de suas coligações. A tabela abaixo sumariza esses dados.

Tabela 7. Perfil das coligações por partidos (1990-2014)

Partidos	Semiconsistente		Consistente		Inconsistente	
	N	%	N	%	N	%
	<b>PMDB</b>	<b>84</b>	<b>84,8%</b>	<b>4</b>	<b>4,0%</b>	<b>11</b>
<b>PSDB</b>	<b>70</b>	<b>84,3%</b>	<b>3</b>	<b>3,6%</b>	<b>10</b>	<b>12,0%</b>
<b>PDT</b>	<b>36</b>	<b>75,0%</b>	<b>6</b>	<b>12,5%</b>	<b>6</b>	<b>12,5%</b>
<b>PFL</b>	<b>30</b>	<b>73,2%</b>	<b>7</b>	<b>17,1%</b>	<b>4</b>	<b>9,8%</b>
<b>PT</b>	<b>29</b>	<b>25,4%</b>	<b>44</b>	<b>38,6%</b>	<b>41</b>	<b>36,0%</b>
PTB	18	75,0%	4	16,7%	2	8,3%
PSB	16	30,2%	14	26,4%	23	43,4%
PPS	10	55,6%	3	16,7%	5	27,8%
PP	5	35,7%	4	28,6%	5	35,7%
PPB	5	55,6%	4	44,4%	0	0,0%
PPR	5	71,4%	2	28,6%	0	0,0%
DEM	4	66,7%	0	0,0%	2	33,3%
PMN	4	80,0%	1	20,0%	0	0,0%
PSC	4	36,4%	6	54,5%	1	9,1%
PL	3	60,0%	2	40,0%	0	0,0%
PRN	3	33,3%	6	66,7%	0	0,0%
PSD	3	42,9%	3	42,9%	1	14,3%
PR	2	28,6%	2	28,6%	3	42,9%
PROS	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
PC DO B	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%
PDC	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%
PRTB	1	12,5%	5	62,5%	2	25,0%
PSL	1	25,0%	0	0,0%	3	75,0%

PST	1	33,3%	2	66,7%	0	0,0%
PT DO B	1	50,0%	0	0,0%	1	50,0%
PTN	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%
PTR	1	50,0%	1	50,0%	0	0,0%
PV	1	25,0%	2	50,0%	1	25,0%
<b>PAN</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>PC do B</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>PCB</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>2</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>PDS</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>5</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
PGT	0	0,0%	1	50,0%	1	50,0%
<b>PHS</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>3</b>	<b>100,0%</b>
<b>PPL</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>PRB</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>PRONA</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>PRP</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>3</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>PRS</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>PSDC</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
PSOL	0	0,0%	31	96,9%	1	3,1%
<b>PSTU</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>3</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>PT do B</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>PTC</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1</b>	<b>100,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
SD	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%

Fonte: Elaboração do autor (2017).

Antes de passarmos para a interpretação dos dados, é importante mencionarmos o fato de que esses padrões de coligações dos partidos só dizem respeito às suas próprias candidaturas para governador, ou seja, determinado partido pode possuir um alto índice de coligações consistentes quando o candidato é do seu partido, mas pode participar de inúmeras outras coligações mais inconsistentes ideologicamente.

Mesmo assim, é de suma importância verificarmos como se comportam os partidos em formar coligações quando seu candidato está disputando as eleições para governador. Temos alguns casos peculiares que merecem destaque. Um deles é que um conjunto de partidos conseguiu ser 100% consistentes em suas coligações. Nesse grupo de partidos estão o PRB, PRONA, PRP, PRS, PSDC, PSTU, PT do B, PTC, PAN, PC do B, PCB e o PDS. Outros partidos chegaram próximos a 100% de consistência, como é o caso do PSOL com 96,9%

Na perspectiva contrária também tivemos partidos com altos índices de coligações inconsistentes ideologicamente, a exemplo do PHS em que 100% de suas coligações se encaixam no perfil de inconsistentes, do PSL com 75%, o PT do B, com 50% e o PSB com 43,4%.

No que diz respeito às coligações semiconsistentes, os partidos que mais lançaram candidaturas do tipo foram: PROS, PMDB, PSDB, PMN, PDT, DEM (PFL). Dos grandes partidos políticos essa foi a estratégia utilizada pela maioria, com exceção do PT. O PT em questão apresentou um quadro mais parelho quanto ao perfil de suas coligações no geral. As consistentes representaram 38,6% aparecendo como a maioria de suas candidaturas, seguidas de perto pelas semiconsistentes com 36% e deixando as inconsistentes com 25,4%.

Baseado nestes dados podemos perceber um pouco do quadro geral de associação ideológica para a formação de coligações por parte dos partidos políticos brasileiros. Em primeiro lugar notamos que a maioria dos partidos que atingiram patamares altos de coligações consistentes estão inseridos em posições mais extremas ideológicas, como (extrema-esquerda, esquerda, direita e extrema-direita), com isso prova-se que o fator ideologia ainda possui importância, mesmo que não por todos os partidos e de forma igual, mas alguns partidos ainda conseguem possuir uma regularidade no que diz respeito à escolha de parceiros para a formação de coligações. Outro aspecto observável claramente é que os maiores partidos políticos têm escolhido formar coligações que se encaixam dentro do grupo de semiconsistentes, o que pode significar uma menor atenção ao fator ideologia e maior atenção a outros fatores, como chances de conseguir eleger seus candidatos, visto que, paralelamente ao fato de lançarem muitas coligações semiconsistentes, foi esse conjunto de 5 a 6 maiores partidos brasileiros que elegeu a maioria absoluta dos candidatos a governador ao longo desse período de 27 anos observáveis por

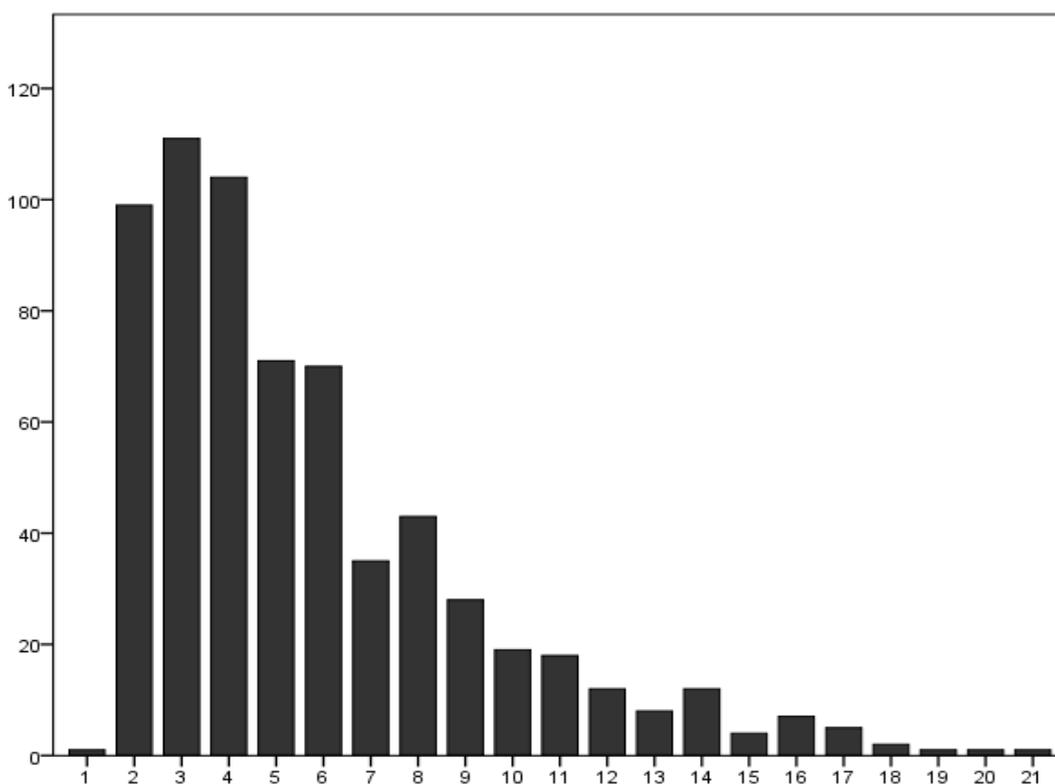
essa pesquisa.

#### 4.5 Quantidade de partidos nas coligações e chances de sucesso

Após nossas análises acerca dos tipos de candidatura, dos perfis das coligações e de quais tipos mais obtém sucesso eleitoral, surgiu uma inquietação acerca do que estava fazendo com que as coligações conseguissem se eleger, pois o fator ideológico como vimos se mostrou um pouco difuso observando-se os dados entre 1990 a 2014.

Com isso, buscamos cruzar algumas variáveis e investigar se a quantidade de partidos dentro da coligação aumenta as chances da mesma conseguir eleger seu candidato. Sobre isso é notório que comumente se tem a ideia de que mais partidos na coligação podem trazer mais votos para a mesma, porém, entretanto gostaríamos de identificar estatisticamente se a quantidade de partidos vem influenciando as chances de vitória das coligações nos pleitos entre 1990 a 2014.

**Gráfico 13. Quantidade de partidos nas coligações**



Fonte: Elaboração do autor (2017).

No gráfico acima podemos observar a variação na quantidade de partidos dentro das coligações.

**Tabela 8. Tamanho das coligações (números de partidos) (1990-2014)**

N	Válido	652
	Ausente	0
Média		5,71
Erro de média padrão		,140
Mediana		5
Moda		3
Desvio Padrão		3,582
Variância		12,828
Assimetria		1,389
Erro de assimetria padrão		,096
Curtose		1,814
Erro de Curtose padrão		,191

Fonte: Elaboração do autor (2017).

Quanto aos dados temos um N=652, com um número médio=5,71 partidos e um desvio padrão = 3,582. Podemos identificar que o maior índice de partidos nas coligações fica entre 2 e 6 partidos. Na tabela acima podemos identificar que a moda é menor que a mediana e a média, o que significa que a assimetria é positiva à direita, portanto, as coligações com menor número de partidos são mais frequentes que as coligações com maior número de partidos.

Para facilitar a análise dessa variável, optamos por classificar as coligações por tamanho, dividindo a quantidade de partidos que formam as coligações nas candidaturas a governador em quatro classes com intervalos de cinco partidos em cada uma. Assim conforme a tabela abaixo temos as seguintes classificações: coligações de 1 a 5 partidos, de 6 a 10 partidos, de 11 a 15 partidos e as coligações de 16 a 21 partidos.

**Tabela 9. Frequência das coligações por tamanho nas Eleições entre 1990 a 2014**

Quantidade de partidos nas coligações	Frequência	Porcentagem
1 a 5 partidos	386	59,2
6 a 10 partidos	195	29,9
11 a 15 partidos	54	8,3
16 a 21 partidos	17	2,6
Total	652	100,0

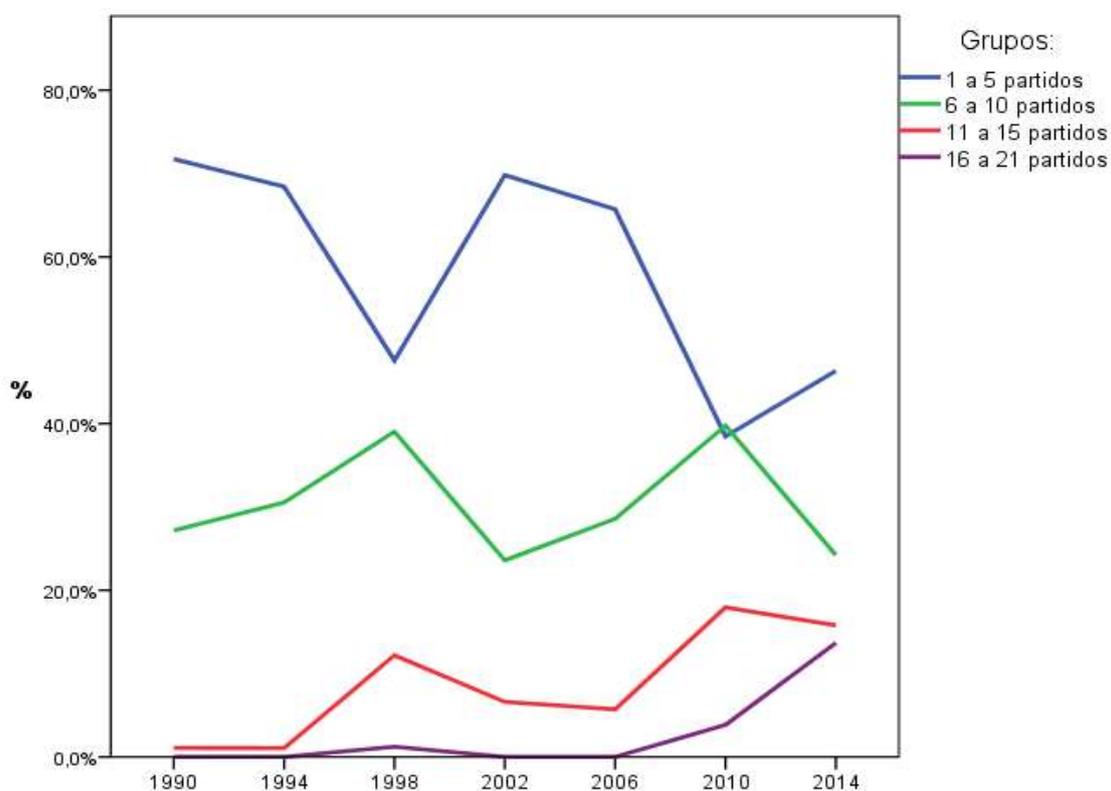
Fonte: Elaboração do autor (2017).

Conforme nos mostram os dados da tabela 8, houve uma maior frequência de coligações de 1 a 5 e de 6 a 10 partidos, que representaram 59,2% e 29,9%, respectivamente. Esses dois primeiros grupos corresponderam a quase 90% dos casos (mais especificamente 89,1%) isso no tocante a todos os pleitos analisados. Importante destacar que as coligações com uma grande quantidade de partidos (de 16 a 21) representaram apenas 2,6% do total, que é um número muito pequeno de candidaturas, mostrando que no geral esse não foi o artifício mais utilizado, enquanto que o grupo com 11 a 15 partidos também alcançou uma porcentagem pequena, cerca de 8,3%.

Vale ressaltar que as coligações não mudam sua formação do primeiro para o segundo turno das eleições. O que pode ocorrer é a agregação de apoio informal ou até mesmo explícito de alguns outros partidos e coligações que perderam no primeiro turno aos candidatos que foram para a disputa no segundo turno.

O gráfico abaixo mostra a evolução da classificação das coligações por tamanho observando-se o período temporal de 1990 a 2014.

**Gráfico 14. Evolução das coligações por tamanho entre os anos de 1990 a 2014**



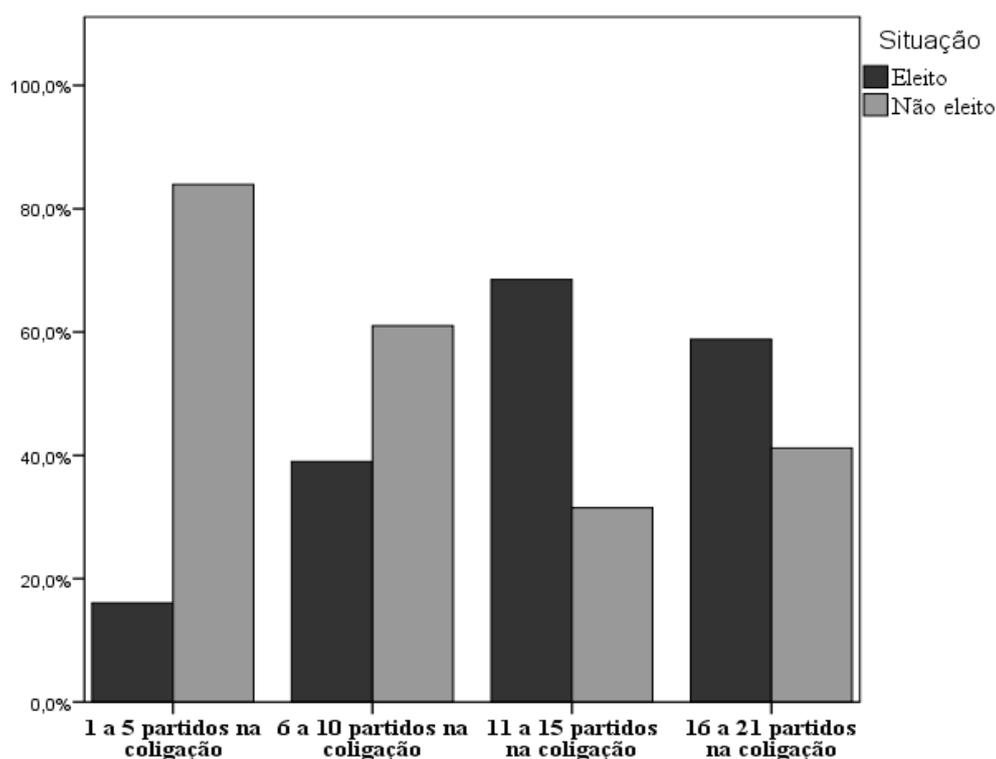
Fonte: Elaboração do autor (2017).

Através deste gráfico de linha podemos observar o padrão de mudanças quanto ao tamanho das coligações ao longo do período analisado. Nele podemos notar que as coligações menores com 1 a 5 partidos mesmo ainda sendo a maioria dos casos, passaram por um declínio considerável. As coligações com 6 a 10 partidos demonstrou um padrão inconstante, mas que se manteve em 2014 num patamar bem próximo ao visto em 1990, ainda sendo a segunda opção mais frequente entre as candidaturas. Vale ressaltar que os dois grupos com mais partidos (de 10 a 15 e de 16 a 21) passaram por uma elevação ao longo dos anos. Em especial, a partir de 2006, houve uma elevação que vem se mantendo em relação ao grupo de coligações com 16 a 21 partidos. Já no grupo de 10 a 15 houve um aumento da eleição de 1994 para 1998, seguido por um momento de declínio que foi de 1998 até 2006, mas volta a subir consideravelmente nas eleições de 2010 e tem uma pequena queda em 2014. Mesmo assim, podemos notar uma elevação

em seus índices, o que pode demonstrar uma predisposição dos partidos políticos à realização de coligações com um maior número de partidos nos últimos anos eleitorais.

No gráfico 15 podemos ver o índice de sucesso eleitoral desses quatro grupos de tamanhos de coligações.

**Gráfico 15. Classificação das coligações por tamanho e por resultado nas eleições entre 1990-2014**



Fonte: Elaboração do autor (2017).

É perceptível que mesmo o grupo de 1 a 5 partidos, mesmo possuindo a maioria absoluta das coligações lançadas, não consegue ter um índice positivo de sucesso, pois obteve apenas 16,1% de sucesso, contra 83,9% de fracasso. O grupo com 6 a 10 coligações obteve 39% de sucesso e 61% de fracasso, já o grupo com 11 a 15 obteve índices de sucesso positivos, chegando a 68,5% e o grupo de 16 a 21 partidos obteve uma taxa de sucesso de 58,8%.

Desta forma, os dados apontam que o desempenho das candidaturas maiores foi superior ao desempenho das menores coligações, mesmo que essas coligações

menores tenham superado as maiores em número de candidaturas lançadas. Em especial, tivemos as coligações com 11 a 15 partidos se saindo como o perfil mais vitorioso.

A partir da tabela abaixo podemos identificar ao longo dos anos como foi o desempenho dos tamanhos de coligações.

**Tabela 10. Taxa de sucesso dos tamanhos de coligações entre 1990 a 2014**

		Anos							Total
		1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	
1 a 5 partidos (Grupo 1)	%	71,7	68,4	49,6	69,8	65,7	38,5	46,3	59,2
6 a 10 partidos (Grupo 2)	%	27,2	30,5	39,5	23,6	28,6	39,7	24,2	29,9
11 a 15 partidos (Grupo 3)	%	1,1	1,1	12,3	6,6	5,7	17,9	15,8	8,3
16 a 21 partidos (Grupo 4)	%	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	3,8	13,7	2,6
Total	%	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração do autor (2017).

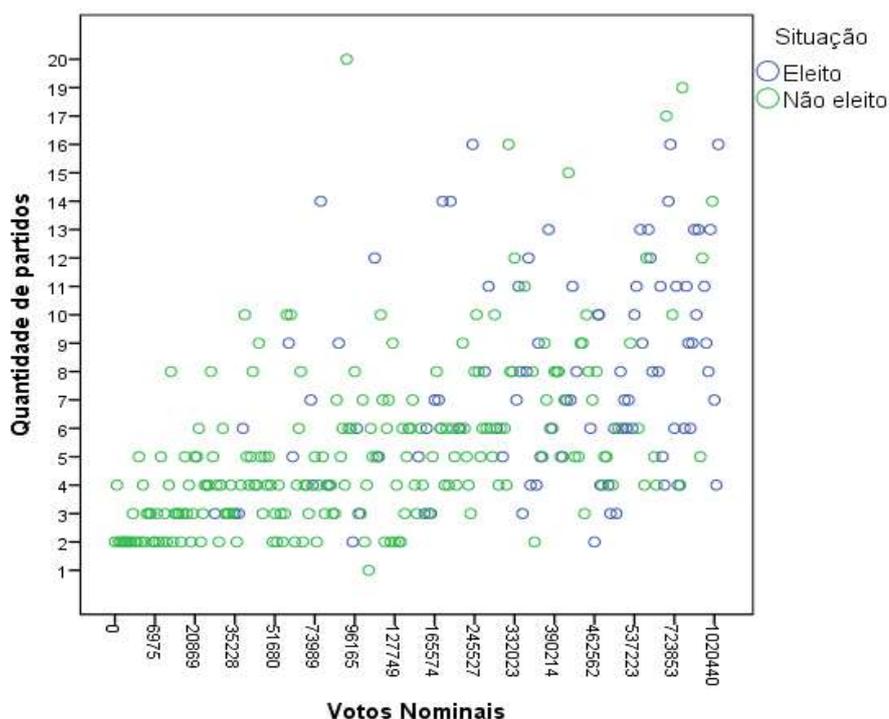
Podemos identificar que houve uma queda de 1990 até 1998 na porcentagem de sucesso do primeiro grupo, tendo um período de elevação nas eleições de 2002 e 2006 e voltando a cair em 2010, ficando com 46,3% em 2014. O segundo grupo manteve percentuais mais homogêneos, que variaram de 23,6 em 2002 a 39,7% em 2010. Já quando observamos o terceiro grupo percebemos um aumento (1998), seguido de um declínio em 2002 e 2006, e voltando a subir a partir de 2010. No quarto grupo conseguimos perceber mais nitidamente que houve um aumento considerável nas últimas duas eleições o que pode demonstrar uma mudança de perfil dos partidos na hora de realizar alianças e também dos eleitores a eleger essas coligações mais volumosas.

A seguir analisamos se a maior quantidade de partidos nas coligações traz consigo maiores chances de sucesso eleitoral (votos). Para isso nós dividimos os estados brasileiros em 3 grupos: pequenos, médios e grandes. Esta divisão foi

realizada segundo o tamanho dos seus eleitorados (ver em anexo). O objetivo da nossa separação para esta análise foi a visível incompatibilidade de se analisar diferentes estados brasileiros como sendo todos pertencentes a um mesmo grupo, visto que, eles possuem inúmeras diferenças, como por exemplo, a diferença gritante no que diz respeito ao tamanho dos seus eleitorados.

No gráfico 15 vemos a correlação entre as variáveis: quantidade de partidos na coligação com a quantidade de votos obtidos, para os Estados com colégio eleitoral menor. A tabela 12 mostra os resultados estatísticos que nos mostram que obtivemos uma correlação positiva e estatisticamente significativa (correlação de *Pearson*), sendo  $r = 0,519$  e um  $p\text{-valor} < 0,000$ , que nos indica que uma maior quantidade de partidos nas coligações afeta positivamente nas chances de se obter mais votos e consequentemente se eleger.

**Gráfico 16. Quantidades de partidos na coligação x votos nominais e situação (eleitos/não eleitos) nos Estados com colégios eleitorais pequenos**



Fonte: Elaboração do autor (2017).

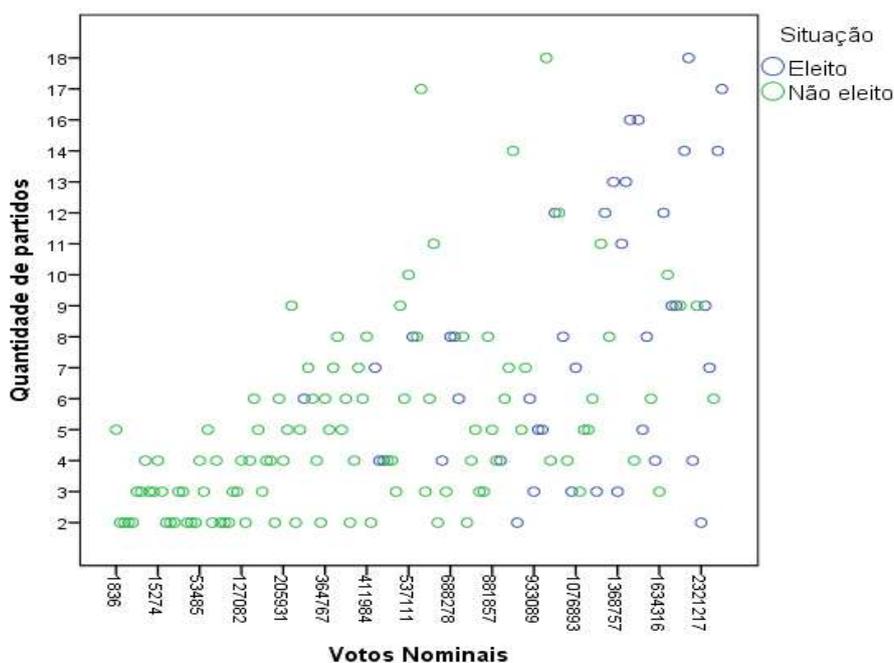
**Tabela 11. Correlação entre quantidade de partidos na coligação e obtenção de votos nos estados com colegiado pequeno**

		Votos Nominais
Quantidade de partidos	Correlação de Pearson	,519**
	Sig. (2 extremidades)	,000
	N	305

Fonte: Elaboração do autor (2017).

No gráfico 17 analisamos as mesmas variáveis acima citadas, só que tomamos como análise os estados com colégios eleitorais médios. Ao analisar o gráfico abaixo identificamos que a correlação das variáveis apresentou-se mais alta,  $r = 0,543$  e um  $p\text{-valor} < 0,000$ . O que nos permite as mesmas conclusões das análises com os estados no grupo de pequenos colegiados.

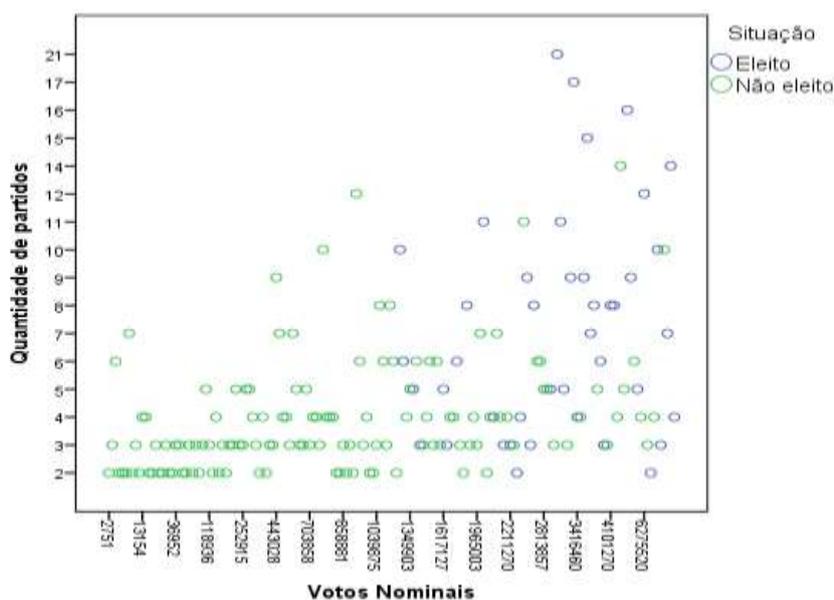
**Gráfico 17. Quantidades de partidos na coligação x votos nominais e situação (eleitos/não eleitos) nos Estados com colégios eleitorais médios**



Fonte: Elaboração do autor (2017).

Por fim, analisando o gráfico 17, que apresenta o resultado da análise para os estados brasileiros com grandes colégios eleitorais, vemos que o padrão se modifica um pouco, pois tivemos um valor para a correlação  $r = 0,411$ , com significância  $p$ -valor  $< 0,000$ . Mesmo possuindo um valor moderado, isso nos mostra que as variáveis dentro deste conjunto de dados se correlacionam do mesmo modo do que nos outros colegiados eleitorais.

**Gráfico 18. Quantidades de partidos na coligação x votos nominais e situação (eleitos/não eleitos) nos Estados com colégios eleitorais grandes**



Fonte: Elaboração do autor (2017).

Pelos resultados obtidos entre o número de partidos na coligação e a obtenção de votos houve correlação moderada entre as variáveis, ou seja, a quantidade de partidos influencia no índice de votos obtidos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos identificar se o posicionamento ideológico dos partidos políticos brasileiros exerce influência na formação de suas coligações apoiadas para isso em uma análise estatística descritiva e inferencial sobre os dados eleitorais do período de 1990 a 2014 para testa a nossa hipótese central de que a ideologia partidária exerce um papel secundário na formação das coligações eleitorais. Sendo assim, de maneira sucinta esta seção descreve os principais resultados do trabalho.

Inicialmente buscamos identificar os padrões gerais das candidaturas para governador ao longo dos anos observados, a fim de verificar as estratégias eleitorais dos partidos políticos para esses pleitos. Sendo assim verificamos uma tendência a um maior percentual de lançamento de candidaturas coligadas em relação às isoladas ao longo de todos os anos observados. Visto que dentro de um universo de 1114 casos, representaram 58,51% das candidaturas, ficando as candidaturas isoladas com 41,5%. Além disso, vale destacar o fato de que os grandes partidos políticos foram os que mais se utilizaram deste artifício, ao inverso dos partidos pequenos e situados nos extremos do posicionamento ideológico que tiveram altos índices de lançamento de candidaturas isoladas. Em outras palavras, grande parte deste número considerável de candidaturas isoladas se deve a essas estratégias de grande parte dos pequenos partidos. Essa tendência de supremacia das candidaturas coligadas também permanece quando observamos por região e estado do país. Ou seja, mais uma vez se comprova que atualmente e já há algum tempo as coligações deixaram de ser a exceção e tornaram-se a regra no tocante ao lançamento de candidaturas para o executivo estadual.

Quanto à taxa de sucesso dos tipos de candidaturas, os dados se apresentam de maneira ainda mais explícita, pois 97,88% dos candidatos eleitos foram oriundos de alianças partidárias, ficando as candidaturas isoladas com apenas 2,12%, que em números absolutos representa apenas quatro casos em todo o período de 7 eleições no Brasil. Ou seja, lançar candidaturas coligadas é a regra atualmente, além do que aparece como uma boa estratégia, visto que, as candidaturas isoladas conseguiram números ínfimos de sucesso eleitoral.

Quanto aos resultados eleitorais por partidos políticos identificamos uma lógica peculiar que é o fato de que alguns partidos pequenos lançam muitas candidaturas, a maioria isoladas, mas também em coligação, mas seu índice de sucesso é baixíssimo, alguns chegando a 0% de sucesso, bem ao contrário dos grandes partidos que dominaram as eleições para governador ao longo desse período de 24 anos.

Referente aos perfis das coligações, segundo a classificação utilizada (*consistentes*, *semiconsistentes* e *inconsistentes*), pudemos observar que as coligações semiconsistentes se apresentaram como as mais presentes atingindo 52,45%, contra 28,07% das consistentes e 19,48% das inconsistentes. Entretanto, ao longo dos anos pode-se notar um declínio aparente das coligações consistentes, e até mesmo das semiconsistentes que mesmo assim ainda se mostram as mais presentes e um aumento constante das coligações inconsistentes ideologicamente. A análise dos dados corroborou assim a hipótese central do trabalho, visto que o fator ideológico não se mostrou preponderante, haja visto que as coligações consistentes não foram a maioria, e lembrando que as semiconsistentes se encontram em um meio termo que não nos garante afirmar que as coligações estão ideologicamente firmadas.

Quanto aos índices de sucesso por perfis de coligações vimos que mesmo as coligações consistentes possuindo números mais altos de candidaturas que as inconsistentes, essas elegem menos que as inconsistentes que chegaram a 17,8% dos eleitos contra 10,2% das consistentes, permanecendo as semiconsistentes em primeiro lugar com 72%. Quando os dados foram desagregados por anos, notou-se uma redução no índice de sucesso das coligações consistentes, que vai caindo de 1990 até 2002, quando se inicia um processo de aumento do sucesso das coligações inconsistentes. Quando se observa a formação de coligações pelos partidos políticos, nota-se que os partidos que mantêm maior consistência ideológica nas suas coligações foram os situados nos extremos ideológicos e de porte pequeno, já a maioria dos grandes partidos possui índices maiores de coligações semiconsistentes. Uma exceção a esse movimento dos grandes partidos é o PT, que possui certa igualdade entre as coligações consistentes e as inconsistentes, ficando as semiconsistentes um pouco abaixo.

Percebeu-se também que houve um aumento no número médio de partidos nas coligações e isto pode ter sido um dos fatores que fizeram crescer o número de coligações inconsistentes, visto que, com o aumento no número de partidos a dificuldade é maior de se manter um maior controle e aproximação ideológica de todos os partidos pertencentes à coligação. Sendo assim, a quantidade de partidos nas coligações foi categorizada em quatro grupos de acordo com seus tamanhos, e notamos claramente esse aumento na quantidade de coligações com muitos partidos e uma diminuição nas coligações com menor quantidade de partidos. Isso se mostra mais importante, ao verificarmos que as coligações com mais partidos obtêm taxas de sucesso maiores que as coligações menores.

O sucesso eleitoral das coligações pode não estar relacionado diretamente com a consistência ideológica das coligações, mas com outros fatores, entre eles a quantidade de partidos dentro das mesmas que se mostrou estatisticamente relacionada. Os dados a respeito da correlação entre número de partidos políticos e obtenção de votos nos mostraram que nos estados com colégios eleitorais menores tivemos uma correlação  $r=0,519$ , nos colégios eleitorais médios a correlação foi de  $r=0,543$  e nos grandes foi de  $r=0,411$ . Isso implica que a quantidade de partidos na coligação pode ser um dos fatores que explicam parte do sucesso eleitoral e obtenção de votos.

Este trabalho possui várias limitações. Em primeiro lugar, sabemos que analisar o fenômeno das coligações partidárias no Brasil segundo seus padrões ideológicos não é uma tarefa fácil, e ainda se precisa de um maior amadurecimento teórico e metodológico, com maior sofisticação na maneira como devemos classificar os partidos políticos para melhor entender esta empreitada. Em segundo lugar, algumas variáveis que poderiam trazer informações importantes não foram inseridas na análise e ficam para a nossa agenda de pesquisas vindouras, como o fato de os candidatos a governadores estarem concorrendo como *incumbentes* ou *challengers*. Em terceiro lugar, o trabalho abordou apenas a esfera executiva subnacional deixando de lado a esfera nacional e a sua possível relação e influência sobre a estadual.

Mesmo cientes das limitações do trabalho acreditamos que esta pesquisa pode contribuir com os estudos sobre essa área no sentido de ampliar alguns

horizontes e ver a questão da influência do posicionamento ideológico na formação das coligações brasileiras de modo diferenciado.

## REFERÊNCIAS

ALLERN, E.H. and AYLOTT, N. (2009), 'Overcoming the Fear of Commitment: Preelectoral Coalitions in Norway and Sweden', *Acta Politica*, 44(3): 259–85.

BANDYOPADHYAY, Siddhartha; Chatterjee, Kalyan; Sjoström, Tomas (2009): Pre-electoral coalitions and post-election bargaining, Working Papers, Department of Economics, Rutgers, the State University of New Jersey, No. 2009,08

BARTOLINI, S., D'ALIMONTE, R. Plurality Competition and party realignment in Italy: The 1994 parliamentary elections, *European Journal of Political Research*, v.29, n 1. 1996, p.105-142.

BRAGA, Maria do Socorro. Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e consequências das coligações partidárias no Brasil. In: SOARES, Glaúcio Ary Dillon e RENNÓ, Lúcio (orgs.). *Reforma Política. Lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 228-245.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 136-163.

CARREIRÃO, Y. S. (2007). Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 307-339, nov.

CARREIRÃO, Y. S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 136-163.

CHIRU, Mihail Early Marriages Last Longer: Pre-electoral Coalitions and Government Survival in Europe . *Government and Opposition*, Available on CJO 2014 doi:10.1017/gov.2014.8

DALMORO, Jeferson; FLEISCHER, David. Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer e UNESP, 2005. p. 85-113.

DANTAS, Humberto. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 a 2004*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

DI VIRGILIO. "Electoral alliances: party identities and coalition games", *European Journal of Political Research*, v. 34, 1998, p. 5-33, 1998.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

- DUVERGER, M. Os partidos políticos. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.
- FAVETTI, Paola Ramos. Partidos Aliados em eleições presidenciais no Brasil: análise das coligações vencedoras em 1994, 1998 e 2002. Dissertação de mestrado. Brasília, UnB. 2004.
- FIGUEIREDO, A. C. e LIMONGI, F. (1999). Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV.
- FIGUEIREDO, M. “Competição Eleitoral: Eleições casadas, resultados solteiros.” In: Monitor Público, n 2, 1994.
- FLEISCHER, David. *Las consecuencias políticas del sistema electoral brasileño: partidos políticos, poder legislativo y gobernabilidad*. Serie Cuadernos de Capel. San Jose, Costa Rica: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, Capel, 1995.
- Golder, S.N. (2005), ‘Pre-electoral Coalitions in Comparative Perspective: A Test of Existing Hypotheses’, *Electoral Studies*, 24: 643–63.
- KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (org.). *Partidos e Coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung / Editora UNESP, 2005.
- KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- KRAUSE, Silvana. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: KRAUSE, Silvana;
- LAVAREDA, A. **A democracia nas urnas: O processo partidário brasileiro**. Rio de Janeiro, Rio Fundo/luperj, 1991.
- LEONI, Eduardo L. Coligações e ideologia nas eleições para vereadores no Brasil: Uma análise econométrica. In: POWER, Timothy; ZUCCO JR., Cesar (orgs.). *O Congresso por ele mesmo: Autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 105-130.
- LIMA JR., O. B. de. (1993). Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80. São Paulo: Loyola.
- LIMA JR, O. B. Os partidos políticos brasileiros: A experiência federal e regional (1945–1964). Loyola, São Paulo, 1983.
- MACHADO, Aline. A lógica das coligações no Brasil. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer e UNESP, 2005. p. 43-83.
- MACHADO, Carlos M. M. *Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil: 2000 e 2004*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Brasília: UNB. 2007.
- MACHADO, Carlos M. M. e MIGUEL, Luis Felipe. *Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais*. In: 6º ENCONTRO DA ABCP. Campinas: UNICAMP, 2008.
- MADEIRA, R. M. e TAROUÇO, G. S. (2009). Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. *Revista Pós Ciências Sociais*, v.8, n. 15, p. 170-186, 2011.

MIGNOZZETTI, Umberto G.; GALDINO, Manoel; BERNABEL, Rodolpho T. Um modelo para explicar as coligações eleitorais para a Câmara Federal Brasileira (1998-2006). *Revista Política Hoje*, v. 20, n. 2, p. 741-788, 2011.

MIGUEL, L. F. & MACHADO, C. (2007). Um Equilíbrio Delicado: A Dinâmica das Coligações do PT em Eleições Municipais (2000 e 2004). *DADOS –Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 4, pp. 757 a 793.

MIGUEL, Luiz Felipe; MACHADO, Carlos. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In KRAUSE, Silvana. DANTAS, Humberto. MIGUEL, Luiz Felipe. (orgs.). *Coligações partidárias na nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2010

NICOLAU, J. M. *Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário*. Cadernos de Conjuntura, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 50, julho. 1994.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NICOLAU, J. M. Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário. **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 50, julho 1994.

NICOLAU, J. “Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados.” *Dados* vol.47 no.1 Rio de Janeiro 2004.

NOVAES, C. A. (1994). Dinâmica institucional da representação. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 38, p. 99-147.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962)*. DADOS, Rio de Janeiro: vol.10 n.4. 1973.

PARANHOS, R. (2009). Manda quem pode obedece quem é deputado. Partidos políticos na relação executivo-legislativo na arena subnacional - o caso Pernambuco: 1999-2006. 111 p., Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, Brasil.

PARNEBIANCO, A. *Modelos de partidos*. Alianza Editorial, Madrid, 1990.

POWER, T. & ZUCCO Jr., C. (2009). Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A Research Communication. *Latin American Research Review* 44(1): 219-246.

RODRIGUES, L. M. (2002). Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 31-47.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Eleições, Fragmentação Partidária e Governabilidade. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 41, março/1995, p. 78-90.

\_\_\_\_\_. Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 48, fevereiro/2002, p. 31-48.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e Castigo. Partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Co-edição Vértice e IUPERJ, 1987.

SCHMITT, Rogerio. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil**. 1999. viii, 149 f. Tese (doutorado) - Ciência Política, Rio de Janeiro, 1999. Orientação de: Jairo Marconi Nicolau.

SCHMITT, R. "Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira", in Krause, S., Schmitt, R. (org) **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**, Rio de Janeiro: Fund. Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, 2005.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à Sociologia Política**: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, Raquel Gonçalves da. Coligações eleitorais no nível municipal: atores, racionalidade, estratégia e recursos. p.117, 2015, Juiz de Fora.

SILVA et al. Downs vence mais uma vez? Posicionamento Ideológico Partidário nas eleições 2012. Revista Política Hoje, v. 22, n. 1, p.206-249. 2013

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

SOARES, G. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. Revista brasileira de estudos políticos, n 17, julho 1964.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Editora DIFEL, 1974.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: Editora Alf-Omega, 1976.

SOUZA, Vivaldo. As coligações partidárias 1986-94 versus 1954-62. Distrito Federal, Dissertação de mestrado apresentada à UNB, 1996.

TAROUCO, G. da S. (2008). Classificação ideológica dos partidos brasileiros: notas de pesquisa. In: 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2008.

TAVARES, José Antônio Giusti. A representação proporcional no Brasil, os seus críticos e a crítica aos seus críticos. In: TRINDADE, Hégio (org.). *Reforma eleitoral e representação política*. Brasil anos 90. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

ZUCCO Jr., C. (2009). Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. Seminário "LegislatorViewsofBrazilianGovernance". Disponível em: <http://fas-polisci.rutgers.edu/zucco/papers/paper-esquerdadireitagoverno.br.pdf>. Acessado em: 28 de Maio de 2013 às 16:16.

## APÊNDICE A - Cálculo do Posicionamento Ideológico-Partidário (PIP) do PSD

*Cálculo do Posicionamento Ideológico-Partidário (PIP) do PSD.*

**Quadro – Composição do PSD**

<b>Origem partidária do parlamentar que compôs a fundação do PSD</b>	<b>Quantidade de Parlamentares (qp)</b>	<b>Peso na Escala ideológica (P)</b>	<b>Somatório</b>
PT	1	2	2
PSB	1	2	2
DEM	19	7	133
PV	3	2	6
PMDB	3	4	12
PSC	3	7	21
PSDB	2	4	8
PP	4	7	28
PDT	3	3	9
PR	4	6	24
PMN	3	3	9
PPS	4	3	12
PTB	2	5	10
PSB	1	2	2
PC do B	1	2	2
PSL	1	7	7
PHS	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>--</b>	<b>288</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do TSE (2017).

A fórmula para calcular o *Posicionamento Ideológico Partidário (PIP)* é:

$$PIP = \frac{\sum P}{\sum qp}$$

onde

$$PIP = \frac{288}{56} = 5,142 \approx 5$$

considerando a escala de posicionamento ideológico para classificar os partidos, o valor 5 (cinco) corresponde à posição *centro-direita* (CD). Todo o cálculo foi realizado observando-se de onde migraram os parlamentares que constituíram o PSD. Os dados foram obtidos a partir do site do TSE.

## APÊNDICE B - Tabela – Tamanho dos estados brasileiros segundo seus colégios eleitorais

Tabela – Tamanho dos estados brasileiros segundo seus colégios eleitorais

Pequenos	Médios	Grandes
AC	CE	BA
AL	GO	MG
AP	MA	PE
AM	PR	RJ
DF	PI	RS
ES	SC	SP
MT		
MS		
PB		
RN		
RO		
RR		
SE		
TO		

Fonte: Elaboração do autor (2017).